

Exijamos a Interdição Das Armas de Extermínio em Massa

REVESTEM-SE de excepcional significação para os povos do mundo inteiro as resoluções aprovadas pelo Conselho Mundial da Paz em sua última reunião, celebrada em Berlim. Nessas resoluções indica o Conselho Mundial da Paz que a luta dos povos contra a ameaça de uma nova guerra deve, hoje, ter em vista, fundamentalmente, o estabelecimento de um justo sistema de segurança, a conclusão de um acordo internacional que contenha o compromisso de não mais se fazerem experiências sobre as bombas atômicas e de hidrogênio e de ser proscrito o uso dessas armas. Tais conclusões refletem, sem dúvida, os interesses vitais e as ardentes aspirações das amplas massas populares de todo o mundo.

O povo brasileiro apoia calorosamente as resoluções adotadas pelo Conselho Mundial da Paz em seu encontro de Berlim. Elas respondem com fidelidade aos nossos profundos sentimentos de paz. Mais de quatro milhões de brasileiros já se pronunciaram, no decorrer da campanha do Apêlo de Estocolmo, pela proibição do emprêgo da bomba atômica e demais armas de extermínio em massa. O impressionante plebiscito pela paz que foi a memorável campanha de 1950 revelou, em toda a sua pujança, a determinação de nosso povo em contribuir para a salvaguarda da paz mundial gravemente ameaçada.

Mas a ameaça contra a qual erguíamos, naquela ocasião, o nosso veemente e generoso protesto, longe de desaparecer está ainda presente e, hoje, pesa sobre a humanidade como um terrível perigo. Os incendiários de guerra norte-americanos, batidos por todos os lados, não vêem outra perspectiva senão a de arrastar a humanidade pelo caminho da guerra — o que, nas atuais condições, poderia significar o próprio fim da civilização humana. Contra os planos diabólicos dos círculos dirigentes dos Estados Unidos ergue-se, no entanto, a invencível vontade de paz da imensa maioria dos homens e mulheres de todo o mundo.

A gravidade da ameaça que pesa sobre o mundo explica a enorme receptividade com que, em todos os países, os homens e mulheres amantes da paz acolheram a resolução do Conselho Mundial da Paz chamando-os à luta pela interdição das armas de destruição em massa.

Grande é a responsabilidade do povo brasileiro em face da luta dos povos para impor aos provocadores de guerra a proscricção das armas atômica e de hidrogênio. Mas ao mesmo tempo, imensas são as possibilidades que temos diante de nós. Se há quatro anos atrás, realizávamos em nossa terra a empolgante mobilização popular pelo Apêlo de Estocolmo, hoje muito mais facilmente podemos erguer um potente movimento, de que participem milhões de brasileiros, por um acordo internacional pela proibição das armas de destruição em massa, pela causa sagrada da paz.

Para isso se torna indispensável, antes de mais nada, imbuir-se da convicção de que é a luta pela paz, agora mais do que nunca, a tarefa central e decisiva, a que devemos nos entregar com o máximo de nossas forças. Não se podem admitir, sob nenhum pretexto, quaisquer tendências visando a colocar em plano secundário a luta pela salvaguarda da paz, assim como a menosprezar a atividade permanente e organizada do movimento dos partidários da paz.

A luta pela conclusão de um acordo internacional prevendo a proibição do emprêgo da arma atômica e dos demais engenhos de extermínio em massa, ao lado da exigência de um maior alívio na tensão internacional com o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, constituem, nos dias atuais, a tarefa primordial dos partidários da paz de todo o mundo. Lutar abnegadamente pela vitória desses objetivos, em íntima ligação com a luta pela libertação nacional, pelas liberdades e pelo bem-estar de nosso povo, é o dever de todos os brasileiros que anseiam por livrar à nossa pátria e toda a humanidade da guerra e da destruição.

É isso o que exige de cada um de nós a sagrada causa da paz.

VOZ OPERÁRIA

N.º 265 ☆ Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1954

VARGAS — COVEIRO DA MARINHA MERCANTE

— Leia reportagem na página central —



A CAUSA DA GUATEMALA É A CAUSA DE NOSSO POVO

Leia Editorial na 3a. pag.

e Reportagem na 2a. pag.

Na "Tribuna do IV Congresso"

Artigo de
JOÃO AMAZONAS

Construir o Partido
em Função das Mas-
sas e do Programa

★ **Íntegra Das Resoluções
do Conselho Mundial da Paz (9.ª Pag.)**

Quem diz United Fruit diz Wall Street, isto é, governo norte-americano

A INTERVENÇÃO IANQUE NA GUATEMALA SERIA MAIS UM PASSO PARA A ESCRAVIZAÇÃO DE TÔDA A AMÉRICA LATINA

A POLÍTICA americana na região das Caraíbas é uma política que tem a tradição do banditismo. Os métodos intervencionistas que hoje os magnatas ianques procuram impor em todo o mundo, num desejo vão, de há muito se fizeram moeda corrente em todos os países do continente e, em especial, nas regiões do mar das Antilhas. Basta lembrar, a respeito, a intervenção americana, em 1895, na questão existente entre a Venezuela e a Grã-Bretanha, impondo-se como «árbitro», não solicitado por nenhuma das partes; a intervenção em Cuba, reduzida a protetorado, e em Porto Rico, transformada em colônia; a mutilação da Colômbia, em 1903, com a finalidade de obter a concessão da zona do canal de Panamá e a longa ingerência militar na Nicarágua, de 1928 a 1932, onde estabeleceram e mantêm o Governo títere de Somoza.

Uma política de agressão e suborno

Pela força das armas, mediante o suborno e a corrupção, imensos trustes americanos passaram a dominar o Istmo centro-americano. Diversas tentativas realizadas para agrupar os países ao Norte do Panamá em um único Estado foram impedidas pelo governo americano o que não impede, aliás, que lhe caiba a iniciativa pela formação da ODECA (Organização dos Estados Centro Americanos), instituição servil, usada pelos imperialistas ianques como um dos instrumentos de coordenação da sua política. Foi por esse motivo, aliás, que o governo democrático da Guatemala teve de retirar-se da ODECA.

Com esse passado vergonhoso de interferência na vida dos países de nosso continente, os americanos consideram um verdadeiro «insulto» qualquer tentativa de exercício de soberania, da parte dos nossos países.

A United Fruit

Mas, como não há mal que sempre dure, também na América Central os monopólios ianques têm sofrido derrotas diante das forças patrióticas. Dessas, a mais importante, é a deposição de Ubico, em 1944, e com o encerramento do ciclo ditatorial dos Cabrera, e o estabe-

lecimento de um regime democrático na Guatemala.

Os longos anos de dominação imperialista deixaram profundas marcas na vida política do país. Desde os primeiros do século estabeleceu-se em terras guatemaltecas a United Fruit Company, apoderando-se das melhores terras, dominando os transportes, monopolizando os portos e os barcos comerciais. Nesse período, os governantes da Guatemala não passaram de servís empregados da poderosa companhia, recebendo em dólares o preço da escravização de seu povo.

Um povo que procura o progresso

O povo da Guatemala, no exercício de seus poderes soberanos, venceu a pressão americana, desfez dezenas de golpes de Estado por ela articulados, elegeu livremente seus dirigentes e decretou medidas democráticas. É evidente que essas medidas tinham de atingir os trustes. E quando foi possível abrir o caminho do progresso sem bolir com os monopólios estrangeiros? Por isso, as terras devolutas da United Fruit foram expropriadas pela Lei da Reforma Agrária. Foram-no, como as que se encontravam na mesma situação, em poder dos latifundiários autoctone que sempre apoiaram o imperialismo e continuam a ser a ba-

se interna da reação. As terras exploradas não foram atingidas. Aos proprietários nacionais e estrangeiros consignaram-se indenizações legais. Mas, com isso, não se conforma a United Fruit. E quem diz United Fruit diz Wall Street, isto é, governo norte-americano.

Tentativa de extorsão

O governo dos Estados Unidos exige 16.000.000 de quetzales (moeda guatemalteca) pelas terras confiscadas, embora, para fins de pagamento de imposto, a própria



GUILLERMO TORRIELLO,
Ministro do Exterior da Guatemala

companhia avallasse em 672.572 quetzales o valor de todas as suas terras. O governo da Guatemala, em uso de seu pleno direito, recusa-se a pagar o montante que lhe querem extorquir e não aceita discussões internacionais sobre um aspecto da administração interna do país.

Essa é, em largos traços, a história da «questão da Guatemala» que, desde a decretação da Lei da Reforma Agrária e de outras medidas democráticas passou a ser crismada pelos trustes de «instrumento de Moscou» na América Central, de «base de ataque ao canal do Panamá» e várias coisas mais.

Trata-se, para os homens da Casa Branca de depor o governo legal e instalar um novo ditador. Já o têm até escolhido: é Castillo Armas que compra abertamente no exterior para invadir sua pátria que atraiçoa, partindo de Honduras.

Contra esse plano agressivo mantém-se unido o povo da Guatemala.

Torna-se difícil aos americanos executar a intervenção direta e exclusiva no pequeno país da América Central. Assim como se serviram da ONU para agredir a Coreia, querem utilizar a União Panamericana e as Conferências de Ministros do Exterior do continente como bombas para a torpe empreza que planejam. Ao mesmo tempo, armam os governos



reacionários de Honduras e da Nicarágua para pressionar a Guatemala.

gua, que rompeu relações com o governo de Guatemala.

A intervenção na Guatemala seria um passo a mais no sentido da escravização de todos os nossos povos. Mas não há dúvida de que só poderá ser levada a cabo se arrefecer, por um minuto sequer, a solidariedade de todos os povos do hemisfério ao povo guatemalteco que luta contra um inimigo comum.

Perigo iminente

O perigo é real e iminente. Os navios americanos já iniciaram um bloqueio ilegal da Guatemala, apreendendo dois barcos que se supunha tinham por destino aquele país: o Wyoming e o Choluteca. Rápidamente foi concluído um pacto militar dos Estados Unidos com Honduras e, desde 24 de maio, acelerou-se o envio de armas para esse país e a Nicara-

Partindo de base hondurenha, um avião não identificado sobrevoou o território guatemalteco e lançou boletins subversivos. A descoberta de uma conspiração, dias depois, é uma prova de que essa ação intervencionista tinha por finalidade preparar os espíritos para um golpe de Estado já em gestação. As autoridades guatemaltecas são acusadas publicamente pelos porta-vozes de Washington de «caçar Honduras, e de interferirem na greve que desde 1º de maio se manifestou nesse país. O que se passa, porém, é que os trabalhadores de Honduras, também explorados pela United Fruit, lutam por seus direitos, aumentam na própria luta sua unidade, e só têm motivos para invejar os seus vizinhos do norte que já começaram a debelar o truste que ainda os atormenta.

O DEVER DA SOLIDARIEDADE

O povo da Guatemala se mantém coeso em torno de seus dirigentes que têm recebido o apoio dos patriotas e dos democratas. Mas não há dúvida de que, se for possível aos americanos descarregar livremente sua força contra a nação guatemalteca, o heroísmo não será bastante para equilibrar a brutal diferença de poderio. Esse fato aumenta ainda mais a responsabilidade dos trabalhadores e do povo de todos os países do continente. A verdadeira solidariedade continental saberá impôr-se contra o auxílio mútuo dos vende-pátrias e de seus patrões e impedir a intervenção estrangeira no único país do continente onde os governantes não envergam a libré enodoada dos lacaios norte-americanos.



UM FEITOR AMERICANO de chicote em punho, mantendo na escravidão os povos latino-americanos — eis o que o Departamento de Estado pretende manter a ferro e fogo, contra isso se ergue a pequenina e brava Guatemala



As Propostas Democráticas Na Conferência de Genebra

Como era aguardado, a Conferência de Genebra entrou em seu período mais difícil.

Os imperialistas americanos, por isso mesmo, procuram superar a si próprios nos processos de chantagem e obstrução em que são useiros e vezeiros. Dia a dia crescem os indícios de que o governo Eisenhower ainda espera impedir qualquer solução pacífica sobre a questão indochinesa. Pode-se afirmar, aliás, que se a descarada intervenção ianque ainda não se tornou isso se deve, em primeiro lugar, às vitórias políticas e militares dos países democráticos: o processo de isolamento dos incendiários de guerra norte-americanos tem avançado cada vez mais e os riscos de guerra geral que envolveria, necessariamente, uma agressão em maior escala faz com mesmo certos sócios menores do imperialismo mostrem vacilações, e demonstrem pouca vontade de servir de instrumentos do Departamento de Estado. Todavia da parte dos governantes franceses, os americanos têm encontrado uma fidelidade à toda a prova. Bidault ao qual, desde o primeiro dia, foram feitas propostas capazes de levar rapidamente à cessação do fogo e ao armistício, desenvolve uma pura política de negações, visando a entrar as negociações, enquanto prosseguem os entendimentos paralelos com os Estados Unidos para apressar a almejada intervenção. No mesmo quadro, a imprensa americana grita a altas vozes que chegou o momento de tomar uma decisão, enquanto o senador Wiley, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, exige que a ONU intervenha na Indochina, conjugando seus esforços com a ridícula queixa apresentada ao Conselho de Segurança pelo Sião.

Apesar disso, porém, alguns progressos têm sido realizados para a cessação do fogo e a demarcação das zonas de reagrupamento pelos comandos militares. O sincero desejo de paz expresso pelos povos a todo momento, pesa, assim, de maneira decisiva no ânimo dos políticos que não se divorciaram de todo da realidade.

Quanto à Coreia, renovam-se velhas táticas obstrucionistas por parte dos norte-americanos. Os países democráticos interessados diretamente no assunto: República Democrática Popular da Coreia, República Popular Chinesa e União Soviética, partem em suas propostas dos

acordos anteriores e das experiências frutuosas que esses acordos permitiram, apesar das sistemáticas violações de que foram alvo da parte dos governantes norte-americanos. Enquanto isso, os delegados ianques, impedem qualquer medida construtiva para a unificação da Coreia e a garantia de sua paz e independência; recusam-se a retirar as tropas e exigem que a fiscalização das eleições gerais previstas seja feita pela «ONU» que, como se sabe, é parte na guerra e não entidade neutra.

Em uma de suas últimas intervenções, o chanceler Molotov apresentou uma proposta de cinco pontos que representa o ponto de vista de todo o mundo democrático. Essa proposta prevê: 1) eleições livres em toda a Coreia; 2) criação de um organismo com representantes das duas partes da Coreia, com a função de preparar e fiscalizar as eleições; 3) retirada de todas as forças estrangeiras, antes das eleições; 4) formação de uma comissão internacional encarregada de supervisionar as eleições; 5) compromissos entre as nações interessadas na manutenção da paz no Extremo Oriente de molde a favorecer o desenvolvimento da Coreia pacífica e unificada.

As propostas de Molotov ativeram-se exclusivamente às questões básicas, deixando para fase posterior das discussões o debate sobre as questões de processo que decorrem de cada um dos itens. Sumariam indicações anteriores da URSS, da China e da República Democrática Popular da Coreia e partem da suposição de que há um mínimo de sinceridade nas declarações de boa-fé feitas pelos diversos representantes dos países imperialistas.

Assim, os países democráticos, tendo a guiá-los a pacífica e invencível União Soviética, defendem concretamente a paz dos povos e tudo fazem para evitar em Genebra um novo impasse que contribuiria para o agravamento da tensão internacional, ao passo que os promotores norte-americanos de guerra fazem novos e desesperados esforços para conflagrar o mundo. Conforme a experiência tem demonstrado, esses esforços serão vão se em cada ponto da terra as pessoas de bem defenderem a paz com a mesma tenacidade com que a URSS, a cada momento, vigia e protege a segurança dos povos.

Mensagem do PCB ao Congresso Do Partido Comunista Francês



★
No dia três de junho corrente, instalou-se em Ivry — Departamento do Sena — O XIII Congresso do Partido Comunista Francês. Ao Congresso foi enviada a seguinte mensagem pelo C. C. do P. C. B.:



AO XIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS

Caros Camaradas:
O Partido Comunista do Brasil envia ao XIII Congresso do Partido Comunista Francês calorosas saudações e votos de completo êxito.

O proletariado e o povo brasileiro encaram a realização deste Congresso como um acontecimento político de primeira grandeza, que influenciará profundamente o desenvolvimento das lutas do grande povo da França e, em particular, do seu combativo proletariado.

Fortes e indissolúveis laços históricos unem as nossas pátrias.

Os revolucionários brasileiros, que se bateram no passado pela independência nacional e pela democracia, receberam inspiração das idéias e dos exemplos das destacadas personalidades de revolucionários, que o povo francês criou. Os nossos heróis e mártires das lutas pela independência, como Tiradentes, Frei Caneca e Cipriano Barata, se formaram ao calor do pensamento progressista difundido pelos enciclopedistas franceses do século XVIII.

As ações das massas trabalhadoras e populares na história da França, exerceram, nos últimos séculos, uma influência favorável para impulsionar as ações das massas no Brasil contra o jugo estrangeiro e pelas liberdades democráticas.

O proletariado brasileiro recolhe e en-

riquece esta bela tradição de amizade entre as nações da França e do Brasil.

Os comunistas de nossa pátria, desde que constituíram o Partido da classe operária brasileira, acompanham com interesse as experiências do Partido Comunista Francês.

Os laços de solidariedade entre os trabalhadores franceses e brasileiros se estreitam hoje na luta comum contra o imperialismo norte-americano, inimigo principal da causa da paz e da independência de nossas pátrias.

Dirigindo as grandes massas da França na luta contra o agressor americano, pela paz, a democracia e o socialismo, o Partido Comunista Francês dá admiráveis exemplos na defesa dos interesses nacionais e de consequente internacionalismo, ao lutar pelo direito de auto-determinação dos povos e demonstrar a sua fidelidade sem limites à gloriosa União Soviética.

Expressamos nesta mensagem fraternal a certeza dos comunistas brasileiros de que, ao realizar o seu XIII Congresso, o Partido Comunista Francês, dirigido pelo querido camarada Maurice Thorez, fortalecerá ainda mais as suas fileiras e com vigor ainda maior trabalhará pelo cumprimento da sua missão histórica.

Pelo COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
LUIZ CARLOS PRESTES
Secretário Geral

Mensagem do P. C. B. ao Congresso Do Partido Comunista da Tchecoslováquia

No dia 11 de junho corrente, instalou-se o X Congresso do Partido Comunista da Tchecoslováquia. Ao Congresso foi enviada a seguinte mensagem pelo C. C. do P. C. B.:

AO X CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA TCHECOSLOVÁQUIA

Os comunistas brasileiros enviam sua fraternal saudação ao Partido Comunista da Tchecoslováquia por motivo da realização do seu X Congresso.

Os grandes êxitos dos trabalhadores tchecoslovacos na construção da nova vida socialista constituem preciosa contri-

buição ao fortalecimento do campo da paz e da democracia, a cuja frente se encontra a gloriosa União Soviética. O povo brasileiro tem nestes êxitos um estímulo para prosseguir em sua luta pela libertação nacional do opressor imperialista norte-americano, pela Democracia e pela Paz.

Desejando que o X Congresso do Partido Comunista da Tchecoslováquia atinja plenamente os



seus objetivos, formulamos os mais calorosos votos pelo estreitamento da amizade entre os nossos Partidos e os nossos povos.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

A Causa da Guatemala É a Causa de Nosso Povo

AUMENTAM em destaque as provocações do governo dos Estados Unidos contra a República da Guatemala. Diariamente, afrontando a opinião pública mundial, o Departamento de Estado, com o maior cinismo, pratica novos atos visando a derrocar o governo constitucional da Guatemala, e intervir no país, para submeter a brava república da América Central à prepotência dos trustes ianques, particularmente a United Fruit Company, cujos interesses foram atingidos por medidas democráticas adotadas pelo governo do presidente Jacobo Arbenz.

Tentando acobertar sua tentativa de invasão, os imperialistas norte-americanos resolveram convocar o chamado Conselho da «Organização dos Estados Americanos», criado pelos ianques para servir de instrumento de sua política de subjugação dos países da América Latina. Pressurosos e servis, numerosos governos lacaios responderam favoravelmente à realização dessa reunião, figurando como um dos primeiros o governo de traição nacional de Vargas. Pensam os Estados Unidos, através desse expediente, preparar o ataque à soberania da Guatemala e reduzi-la novamente a uma senzala da United Fruit. E Vargas, afrontando os sentimentos do povo brasileiro e atraçoando as melhores tradições de luta dos povos das Américas, associa-se ao imundo complô con-

tra o pequeno Estado centro-americano.

Fecha-se o cerco sobre a Guatemala, que ousou afirmar sua soberania e contrariar Wall Street. Agentes americanos tentam, em vão, um golpe sedicioso no país, enquanto os governos fantoches de Honduras e Nicaragua preparam a invasão armada do país. Aviões estrangeiros já sobrevoam o território guatemalteco. Tal situação obrigou o governo da Guatemala a tomar medidas de emergência, visando a defender o país do agressor estrangeiro.

A Guatemala vem resistindo a todos os ataques galhardamente, graças ao apoio entusiástico do povo à causa da independência de sua pátria. Mas não se pode deixar de considerar que a situação se agrava e exige medidas de auxílio eficaz ao pequeno país por parte de todos os povos-irmãos do continente. A tentativa de «punir» a Guatemala por resguardar a independência nacional representa um golpe contra a soberania de todos os nossos povos. O opressor ianque deseja estabelecer o precedente da invasão de um país que não se submete a seu tacaio. A luta da Guatemala torna-se, assim, a luta de todos os povos, particularmente dos países latino-americanos que lutam para desvencilhar-se do insuportável jugo ianque.

A causa da Guatemala é a causa do povo brasileiro.

É dever de todos os patriotas tudo fazer para cortar as garras do agressor e salvar a independência da Guatemala. Acima da diversidade de filiação política, homens e mulheres de todas as correntes estão chamados a levantar seu protesto contra o atentado em marcha e manifestar sua solidariedade ativa ao governo guatemalteco. Personalidades de diferentes tendências, inclusive figuras tão insuspeitas de hostilidade aos Estados Unidos como o escritor católico Alceu Amoroso Lima, já se manifestaram contra a impostura de invocar o anticomunismo para invadir um país soberano.

Esse protestos, porém, ainda não traduzem toda a força do sentimento de solidariedade de nosso povo. É preciso que todos os democratas, todos os que amam a liberdade, todas as organizações democráticas e populares manifestem seu apoio à Guatemala e protestem junto à embaixada dos EE. UU. contra a brutal pressão sobre aquele país.

Que se levante de toda parte o mais vigoroso clamor de indignação contra o assalto ianque à Guatemala e de repúdio à participação do Brasil nesse imundo complô. Defendendo a Guatemala, estamos defendendo nossos mais sagrados interesses de um povo amante da paz e da liberdade. Salvemos a Guatemala das garras dos abutres ianques!



O sequestro monstruoso do herói nacional-libertador, Agliberto Vieira de Azevedo, enche de indignação e de revolta a todos os patriotas e democratas. Pisoteando as liberdades democráticas, mais uma vez e com o maior cinismo, a tirania de Vargas tenta "legalizar" o rapto do patriota, que foi sequestrado no momento mesmo em que saía da prisão, depois de cumprir longa e iníqua pena. Agliberto foi arrastado da porta da penitenciária para dentro do avião que o trouxe ao Rio, o que comprova a premeditação do atentado em todos os detalhes.

Os memoriais de protestos que chegam de todo o país, o enérgico protesto do ato público realizado na A.B.I. ainda são insuficientes para impedir que a violência prosiga. Urge intensificar a luta pela libertação de Agliberto, neste momento, o centro da luta prática em defesa das liberdades democráticas em nossa pátria.

A Estatística Macabra do Recordista Eisenhower

ENTRE CERTAS MANIAS americanas, duas ocupam lugar de destaque: a de fazer estatísticas e a de bater recordes. Existem estatísticas sobre tudo, inclusive sobre o desemprego, nas quais, apesar das falsificações, pode-se ver que há mais de cinco milhões de desempregados permanentes no «gigante» americano. Quanto a recordes, também os há bem originais: recordes de cusamento em vinte e quatro horas, de assaltos a bancos, de linchamento de negros, de desajustamento sexual, de...

Bem, não é desses que queremos falar. O que nos interessa aqui é a nova marca obtida na fascização do país; e como há minúcias de dados, temos também uma estatística. Um recorde e uma estatística.

Ei-los, apresentados pelo próprio Eisenhower em sua última entrevista: nos últimos deztois meses (isto é, em seu período de governo) foram: detidos em Nova York e em Connecticut, 7 dirigentes do Partido Comunista no Estado; processados 41 dirigentes do Partido Comunista; iniciados os processos de outros 20; listadas com subversivas 255 organizações democráticas; vários indiciados por «perjúrio», «espionagem», «declarações falsas», etc.; deportados 84 estrangeiros subversivos; iniciados processos de expulsão de mais 266 pessoas; providenciada a desnaturalização de mais 24 cidadãos; impedida a entrada de 127 estrangeiros, etc.

Eisenhower, aliás, não incluiu todos os seus feitos: não mencionou textualmente os Rosenberg, a lei da censura telefônica, o expurgo nas bibliotecas, a perseguição aos patriotas de Porto Rico, alguns linchamentos de rotina, e a fabricação maciça de bombas de hidrogênio. Sobre isso, não se referiu sequer, ao expurgo de Oppenheimer que, embora declarado fiel a seu país, não foi reconduzido ao posto, por ter mostrado «pouco entusiasmo» pelos engenhos de destruição em massa.

Em todo o caso, não resta a menor dúvida que esses atos fascistas já foram suficientes para desencadear uma verdadeira «nevrose nacional» no dizer do próprio Stevenson, chefe de outro grupo de caçadores de feiticeiras. O homem comum dos Estados Unidos é perseguido pelos impostos, pelo desemprego, pelo medo da guerra e pelo F.B.I. Mas ganha recordes daquele tipo. E quem não se lembra de que Hitler também foi um grande recordista?

PROGRAMA DO PCB O POVO DEBATE O PROGRAMA DO PCB O POVO DEBATE O

O PROGRAMA DO P. C. B. E OS FERROVIÁRIOS DA E. F. S.

FRANCISCO RAMIRES — Botucatu — S. Paulo

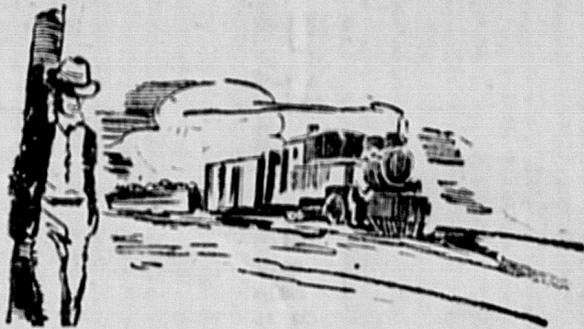
Atingindo o mal pela raiz, o projeto de Programa do PCB apresenta para solucionar a situação do país, três pontos fundamentais: A nossa emancipação econômica do jugo imperialista com a confiscação de todos os seus bens hoje parasitários; a reforma agrária e o intercâmbio comercial com todos os países principalmente a União Soviética, pátria do proletariado internacional.

Atendo-se a uma análise profunda da nossa situação o projeto vem de encontro da indústria nacional sufocada pelo «dumping» americano, vem de encontro da burguesia não ligada ao imperialismo que vê os seus privilégios de classe prejudicados, aumentando assim, o número de aliados para a

frente democrática de libertação nacional. E vem, como não podia deixar de ser, de encontro dos anseios de nosso povo que terá com a aplicação do projeto de Programa, um melhor futuro onde o desemprego, a fome e a miséria desaparecerão de uma vez por todas de nossa pátria.

E' preciso, porém, que o Programa não seja interpretado como um simples documento, mas sim, seja analisado e mostrado às mais amplas camadas de nosso povo, bem como, qual a forma de atingir esse objetivo.

E a base para a consolidação do Programa está fundamentalmente na aliança da classe operária e dos camponeses, pois, sabemos que só um Governo popular, a



base do projeto de Programa do PCB, poderá resolver a situação da classe operária e do povo em geral.

Vemos hoje que no atual sistema capitalista, ao operário tudo é negado até defender-se contra as injustiças que sofre na mão de seus chefes e patrões. E por que? Pela razão de que o poder atual se encontra na mão de um pequeno grupo de latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo americano.

Na Sorocabana, por exemplo, o ferroviário é multado,

suspensão, sem motivo justificado e nem sequer tem o direito de defesa. O material rodante sofre quebras pelo desgaste e quem paga é o trabalhador por esses prejuízos. A renda da Estrada não é aplicada a bem da coletividade, mas sim dilapidada em negociatas que levam a mesma a deficits, quando a sua renda poderia dar para uma melhora constante aos ferroviários e ainda apresentar saldos. A justiça se coloca como apêndice do governo que limita o direito unicamente à Administração da Estrada.

Podemos citar o caso do Chefe da Estação de Barra Grande, sr. José Pacheco Machado, que denunciou o roubo de 20 milhões de cruzeiros pelo Engenheiro Chafic Jacob e este, continua chefiando a 3a. Divisão e o sr. Pacheco foi dispensado como insubordinado.

E' verdade que os ferroviários lutam para acabar com as negociatas e esse regime de escravidão existente na Sorocabana. Por essa razão o Engenheiro Chafic, sabendo que, a massa se organizando ele terá que responder pelos seus desmandos, tem chamado alguns ferroviários em seu escritório, amedrontando-os ora com ameaça de remoção ou, então, aconselhando que não entrem para a União porque é «comunista». Por que esse engenheiro usa tal método? E' simplesmente porque reconhece que a organização é a arma dos ferroviários para a sua defesa contra os desmandos e arbitrariedades da Administração. E' porque a União está patrocinando o processo de Pacheco contra as negociatas existentes na Estrada e, como força de organização, ela poderá decidir da sorte do Engenheiro Chafic e demais que dilapidam os cofres da Estrada, escravizando toda uma coletividade e ainda ficam impunes com todos os seus privilégios garantidos.

Organizados saberão preservar suas vidas e farão com que os acidentes, como é o caso dos trens que têm disparado de Rubião Junior, tenham um paradeiro. Para os homens da Administração e do governo a vida do operário nenhum valor tem. Para eles tem mais valor um animal de raça do que um homem. Quantos acidentes já houve, por exemplo, com a exploração das locomotivas a óleo? Dois na Sorocabana e um há bem pouco tempo na Noroeste, enlutando diversas famílias ferroviárias, sem que fossem tomadas providências no sentido de que as máquinas fossem modificadas. A providência que tomaram quando os ferroviários da Sorocabana passaram a demonstrar a sua repulsa pelas locomotivas a óleo, foi a transferência das mesmas para outras Estradas, ocasionando o que vimos na Noroeste com a locomotiva 809, que também explodiu e levou para a morte toda a sua equipe.

E' comum ver-se trens enormes descerem para S. Paulo, com 40 e mais vagões, sem que estes estejam sufi-

Os camponeses se prontificam para o que fôr necessário para pôr em prática o Programa

J. M. SANTOS
Curitiba — Paraná

TENHO lido o projeto de Programa em dezenas de fazendas, vilas, etc., e até o momento não achei entre todos que me ouvem, uma sugestão contraditória, pois o Programa é excelente e bastante democrático.

Há poucos dias foi lido por um democrata na fazenda «Muquillo» em Campo do Mourão, onde vivem 40 famílias de empreiteiros (cerca de 300 pessoas). Entre estes todos, não houve um só que discordasse, e todos conclamaram a união para conseguir logo a reforma agrária.

Nesta fazenda foi lida e repisada a reforma agrária atendendo a dezenas de perguntas e opiniões, e os camponeses já estavam prontos para o que fosse necessário pôr em prática para conseguir a reforma agrária. Foi feito outro círculo de leitura, sobre a reforma agrária, com trabalhadores de Cruzeiro do Oeste, Serra Dourada e outros — que passaram a contar a situação de miséria que existe lá.

Existem por lá dois batalhões, pequenos exércitos armados de fuzil e metralhadoras, fazendo grilagem e brigando entre si. São seus mandantes: Vieira e o maior grileiro do mundo: Ademar de Barros, que já grilou 85.000 alqueires de terras no norte do Paraná. Eles costumam expulsar os posseiros a bala e legaliza-se o roubo com o governo, dizendo depois que nunca foi grilada. Os posseiros sofrem nas mãos dos grileiros.

O grileiro Vieira tomou a Serra Dourada com 36.000 alqueires de terras onde mo-



ravam 77 famílias das quais só restaram 17, as outras 60 levaram fim a bala e fogidos. Ultimamente esse Vieira autorizou 2 jagunços para acabar com duas famílias paraguaias oferecendo aos bandidos 20 mil cruzeiros por cada morto.

Um agente de Ademar de Barros contou-me inesperadamente, que agora estão grilando em Mato Grosso. Eu perguntei-lhe se autoridades não os perseguem. Ele respondeu-me: Não, temos ajuda em soldados e munições, enquanto o capitão da polícia, Buridan de Paula Xavier estiver em Maringá, estamos protegidos.

Devido minha intimidade com ele, perguntei se ele já conhecia o Programa do P.C.B. e ele me respondeu que não, porém queria ver, mostrei-lhe o que há sobre a confiscação das terras e ele quase teve uma síncope...

Fiz ver a ele o perigo em que estava e ele achou que havia justiça e realidade no Programa.

Por aí vê-se que se lutarmos unidos e pormos em prática o projeto de Programa, o mais breve possível teremos uma pátria livre e progressista em todos os pontos de vista.

NO PROGRAMA DO P. C. B., A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DOS ARTISTAS PLÁSTICOS

ALCY XAVIER — PARANÁ



Há dias vem se realizando, no Rio, uma exposição de pintura de âmbito nacional. Até aqui nada de novo. Acontece porém, que as telas expostas são em preto e branco, em sinal de protesto dos artistas contra a ausência de tintas no mercado, uma das consequências do famoso e nefasto «Plano Aranha». Na realidade, inúmeras são as dificuldades dos artistas plásticos, derivadas em última análise, da dominação americana em nosso país. Todos nós sabemos que os pintores, escultores e desenhistas hoje não podem dedicar-se totalmente ao seu trabalho criador, porque a atividade nos estúdios de artes plásticas, não lhes possibilita sustentar-se, e às suas famílias, devido a ausência do apoio financeiro efetivo do Governo aos artistas e à situação de atraso e miséria em que se encontra nosso povo, o que o impede de adquirir uma obra de arte. Sem dúvida, o povo aprecia as belas artes; porém, como comprar um quadro ou uma gravura, se não possui dinheiro para as necessidades mais urgentes, para alimentação, roupas, etc.?

Em nosso Estado, por exemplo, pintores conceituados como Guido Viôro, Miguel Bakum, Nilo Previdi, Lolo Pêrsio, Estanislau Traple e outros, produzem com dificuldade, faltando-lhes um apoio efetivo do Governo. De outro lado, essa situação conduz ao aviltamento da produção artística, levando os pintores a submeter-se aos compradores de quadros, quase sempre latifundiários e grandes capitalistas, que exigem obras alheias às lutas populares e ao grande movimento nacional libertador que passamos.

Os artistas que tomam posição definida ao lado do povo e manejam sua arte como arma contra o domínio americano chegam a ser perseguidos e isolados como afirma o Programa do Partido Comunista em seu 2.º capítulo: — «A intelectualidade brasileira, elementos de profissões liberais, cientistas, técnicos, escritores, artistas, cineastas e professores, que não se prestam ao papel de lacaios dos americanos e defendem a cultura nacional são perseguidos, sofrem crescentes privações e enfrentam os maiores obstáculos para o desenvolvimento de sua atividade criadora e profissional».

A PENETRAÇÃO IDEOLÓGICA NO TERRENO DAS ARTES PLÁSTICAS PROCURA IMPEDIR O DESENVOLVIMENTO DE UMA ARTE NACIONAL

As duas exposições BIENASIS de São Paulo não foram efetuadas por acaso; os monstros lá exibidos comprovam a justiça destas palavras do Programa: «Por intermédio da imprensa, do rádio, do cinema, da literatura, e da arte, reduzidos a

instrumentos de colonização, procuram os agentes americanos liquidar as mais caras tradições de nosso povo e a cultura nacional. Os imperialistas americanos penetram, assim, em todos os poros da vida econômica, política, social e cultural do país, humilham nosso povo, liquidam a independência e a soberania da nação, que tratam de reduzir por completo à situação de colônia dos Estados Unidos».

Os Matarazzo, os Chateaubriand, os latifundiários e outros cidadãos traidores do Brasil, acenam aos pintores, os polpudos prêmios, procurando isolá-los de uma arte humana e nacional, valorizando as telas de quadrados coloridos e as aberrações formalistas, no intuito de impedir que os artistas tomem posição e entrem no caminho sadio da arte popular.

SOMENTE O PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA APONTA O VERDADEIRO CAMINHO PARA OS ARTISTAS PLÁSTICOS

Qual é esse caminho? Diz o Programa em sua parte III: «E' inevitável a revolução agrária e antiimperialista e a substituição do atual Governo por um Governo democrático de libertação nacional. O povo brasileiro levantar-se-á contra o atual estado de coisas, não admitirá que o Governo de Vargas reduza o Brasil à colônia dos Estados Unidos. E em outra passagem: «Para substituir o Governo de Vargas pelo Governo democrático de libertação nacional, à aliança dos operários, dos camponeses, unirse-ão os intelectuais patriotas, cientistas, escritores, técnicos, professores, pessoas de todas as profissões liberais, que também sofrem com a atual situação do país e não querem ser escravos dos colonizadores americanos».

Os artistas plásticos brasileiros, tem uma grande responsabilidade. A defesa da cultura nacional contra seus inimigos e a participação concreta na luta nacional libertadora de nosso povo. Como fazer isso? Participando das memoráveis lutas de nosso povo e refletindo-as em suas produções artísticas.

Somente assim acabará esta vergonhosa situação de pintores sem tintas por causa do Plano Aranha, de desligamento do povo e submissão aos compradores de telas, gravuras e esculturas. Sem dúvida os nossos artistas plásticos tomarão esse caminho e conseguiremos tornar realidade o ponto 17 do Programa: «Estímulo às atividades literárias, artísticas, técnicas e científicas de caráter pacífico, com pleno apoio e ajuda do Estado».

PERGUNTAS E RESPOSTAS

A campanha eleitoral e a formação da Frente Democrática de Libertação Nacional

PERGUNTA — Pode a campanha eleitoral contribuir para a formação da frente democrática de libertação nacional? No caso afirmativo, de que modo?

(Antonio Rodrigues — Rio)

RESPOSTA — A atual campanha eleitoral pode e deve contribuir grandemente para a formação da frente democrática de libertação nacional, instrumento de luta que levará o povo brasileiro a derrotar o Governo de Vargas e a tornar vitorioso o Governo democrático de libertação nacional. Pode-se mesmo afirmar que a campanha eleitoral representa um fator dos mais poderosos para que seja forjada e adquirida estrutura a frente-única revolucionária de povo brasileiro.

As eleições constituem um acontecimento que desperta e mobiliza para a vida política milhões de brasileiros em todo o país. Provoca entre as massas trabalhadoras e populares um interesse mais acentuado pelas questões nacionais e pela solução de suas reivindicações. Faz crescer no povo a ansiedade por uma saída para a situação de fome e de miséria em que se encontra. Vêm as massas, enfim, no prélio eleitoral uma oportunidade que não pode ser desperdiçada na luta pela conquista de seus interesses e aspirações.

E que soluções são apresentadas ao povo brasileiro neste momento? Vargas e sua camarilha realizam a mais repulsa política de traição à pátria e de esfomeamento das massas. As demais forças políticas das classes dominantes, colocadas a serviço dos piores inimigos de nosso povo, nenhuma saída apresentam para os angustiados problemas das massas e a catastrófica situação do país. Só o Partido Comunista pode apresentar aos brasileiros um programa contendo as medidas que correspondem exatamente às necessidades e aos anseios da esmagadora maioria da nação, desde a classe operária até a burguesia nacional. Como afirmou Prestes, só o nosso Partido pode efetivamente resolver os graves problemas nacionais e dirigir as transformações radicais econômicas e sociais que reclamam os supremos interesses da nação.

A campanha eleitoral é uma extraordinária oportunidade que tem o povo brasileiro para confrontar o Programa do P.C.B. e a saída nele apontada com a política racional ou as promessas demagógicas que fazem os seus inimigos. É, portanto, uma oportunidade excepcional para se levar às massas o Programa do Partido e transformá-lo em programas das grandes camadas do povo.

A proximidade das eleições, ao provocar nas massas uma maior efervescência e ao possibilitar uma mais ampla difusão do P.C.B., torna o povo brasileiro ainda mais receptivo à compreensão de que é necessário unir todas as forças patrióticas e democráticas da nação, numa vasta frente democrática de libertação nacional, para impor a aplicação das medidas que se tornam inadiáveis para libertar o Brasil e salvar o nosso povo. Assim, a idéia da necessidade da frente democrática de libertação nacional pode se transformar em idéia das grandes massas, convertendo-se numa força invencível.

Dêse modo, a mais larga difusão e explicação do Programa do P.C.B. durante a presente campanha eleitoral é uma medida de primordial importância para que se dê impulso à formação da frente democrática de libertação nacional.

Mas é indispensável que, simultaneamente com a realização de uma maciça difusão do Programa do Partido, seja reforçada a unidade de ação e a organização das massas. Dessa maneira, a efervescência provocada pela campanha eleitoral, precisa se traduzir no desencadeamento de numerosas e grandes lutas da classe operária e do povo pela solução de seus afilivos problemas, pela independência nacional, pela paz e pelas liberdades democráticas. Por sua vez, essas lutas devem contribuir para o fortalecimento dos organismos de massa já existentes, particularmente os sindicatos e as organizações de camponeses, como também para a criação do maior número de outras organizações, tais como as comissões de luta contra a carestia e pelas mais diversas reivindicações populares. Especial importância tem, nesse caso, a criação, por toda parte, dos núcleos da Liga da Emancipação Nacional, entidade patriótica que visa congrega-lo o povo brasileiro para a luta comum contra o jugo dos monopólios lanques em nossa terra.

Ao mesmo tempo, no curso da campanha eleitoral, à medida em que as massas se lancem nas lutas, deve constituir uma fundamental preocupação dos comunistas a criação dos núcleos de base da frente democrática de libertação nacional — organizações que terão por fim a luta pela vitória do Programa do P.C.B., pela instauração do Governo democrático de libertação nacional.

A campanha eleitoral pode e deve, portanto, contribuir poderosamente para que, seja criada a frente-única do povo brasileiro pela libertação do país e pela conquista de uma vida livre e feliz para as grandes massas — a frente democrática de libertação nacional. Este fato, ao lado da eleição do maior número possível de candidatos populares aos diversos postos eleivos, exige que as forças democráticas de nosso país, particularmente os comunistas, empreguem na presente campanha eleitoral todos os seus esforços e o melhor de suas energias e sua abnegação.

PERGUNTA — Qual o meio mais eficiente de se fazer chegar às massas o Programa do Partido?

(Sebastião Aquino dos Santos — Vitória, Espírito Santo)

RESPOSTA — Numerosos são os meios que devemos utilizar para fazer chegar ao conhecimento de todo o nosso povo o Programa do P.C.B. De todos esses instrumentos, a imprensa do Partido, sem dúvida, o mais eficiente.

Todos os meios devem ser por nós utilizados, o mais intensamente possível, na tarefa de difusão e explicação do Programa. A impressão do documento em folhetos e volantes, a realização de palestras, comícios e mesas-redondas, a promoção de debates públicos, a leitura na íntegra ou parcialmente em estações de rádio e serviços de alto-falantes, etc., são, além de outras, formas de divulgação do Programa que devemos por em prática, audaciosamente, sobretudo agora, no curso da campanha eleitoral.

Entre-anto, como ficou dito acima, é a nossa imprensa o instrumento mais valioso e eficiente para levar às grandes massas do povo o programa da salvação nacional. É isto precisamente o que ensina o camarada Prestes no Informe de dezembro de 1953 ao Comitê Central do P.C.B., ao afirmar que «a imprensa do Partido é o principal instru-

MEIOS DE DIFUSÃO DO PROGRAMA DO P. C. B.

mento de que dispomos para fazer chegar ao conhecimento de todas as classes e camadas sociais o nosso projeto de Programa».

Decorre daí a necessidade de serem tomadas, permanentemente, medidas concretas visando aumentar cada vez mais a difusão da imprensa popular. Quanto mais ampla for a difusão de nossos jornais, tanto mais profundamente estará o Programa do Partido atingindo as massas, esclarecendo-as e ganhando-as para a luta contra o Governo de Vargas e pelo Governo democrático de libertação nacional. Isso exige, como observa o camarada Prestes, que seja rapidamente liquidada entre os comunistas a subestimação que ainda existe com relação ao papel de incomparável importância que incumbe aos nossos jornais.

Convencendo-nos da importância que cabe à imprensa para a popularização e explicação do Programa, e considerando o esse problema como uma de nossas primeiras tarefas, precisamos então por em prática as diversas maneiras de levar ao nosso povo os órgãos da imprensa popular.

Uma das maneiras de aumentar a difusão dos jornais populares está no trabalho individual, realizado diariamente, de conseguir novos leitores para a nossa imprensa. Cada amigo da imprensa popular deve ser um constante e infatigável propagandista de nossos jornais, mostrando a todo momento aos seus companheiros de tra-

balho, vizinhos, etc., que os órgãos da imprensa popular são, na realidade, os únicos que defendem os interesses do povo e da pátria. Uma experiência positiva no trabalho para a conquista de novos leitores é de se comprar, diariamente, dois ou mais exemplares do jornal e vendê-los adiante a outras pessoas.

Os amigos da imprensa popular, especialmente os comunistas, contribuirão para ampliar a difusão dos órgãos populares se tiverem também a preocupação de conseguir novas bancas e pontos para a venda dos jornais assim como jornaleiros, tanto os que façam a distribuição de outros jornais como os que possam ser contratados para a venda unicamente dos órgãos da imprensa popular. Isso tem muita importância porque, em muitos lugares, é grande ainda o número de bancas e jornaleiros que não difundem a nossa imprensa.

Outra maneira de fazer crescer a difusão dos jornais do povo, e ao mesmo tempo de popularizar e debater o Programa do P.C.B., são as leituras coletivas dos órgãos da imprensa democrática, sobretudo nos locais de trabalho e nas concentrações como feiras, etc. Nesse trabalho deve-se ter a preocupação de mostrar às massas o caráter dos jornais populares, em cujas colunas são defendidos, com fidelidade e consequência, os direitos e as reivindicações dos trabalhadores e do povo.

A colagem de recortes ou de páginas da imprensa popular nos jornais-mu-

rais é também uma maneira de contribuir para aumentar a circulação de nossa imprensa. Esta iniciativa será mais eficiente se houver o cuidado de apresentar nos murais as matérias publicadas que digam respeito mais de perto aos setores a que se destinam os jornais-murais.

Devem-se fazer inscrições alusivas à imprensa democrática, inclusive contendo apelos para que todos se tornem seus leitores permanentes.

Por fim, um dos meios mais eficazes de ampliar a difusão dos jornais do povo são os comandos. Constituem os comandos grupos de patriotas que se organizam para a venda de determinadas cotas da imprensa democrática, tendo em vista principalmente os locais mais populosos. A realização dos comandos, pelos resultados altamente positivos que determinam, deve se tornar objeto da preocupação constante dos amigos da imprensa popular. A experiência demonstra que a realização sistemática dos comandos provoca um imediato e sensível aumento da circulação dos órgãos da imprensa democrática. Esse aumento é maior sobretudo ali onde se revelou nos comandos o cuidado de conseguir leitores permanentes para os nossos jornais, como também novas bancas ou outros pontos de venda diária.

Tais são algumas das medidas práticas que devem ser postas em prática para elevar a circulação da imprensa popular e, dessa maneira, fazer-se um trabalho mais eficiente de difusão e explicação do Programa do P.C.B. no seio das grandes massas do povo brasileiro.

Latifundiários Feudais e Latifundiários Aburguesados

PERGUNTA — Numa discussão de que participei, em torno do Programa do P.C.B., um companheiro se referiu a latifundiários aburguesados. Não tendo ficado suficientemente caracterizada, na referida discussão, essa espécie de latifundiário, peço à VOZ OPERÁRIA um esclarecimento a respeito.

(Alcebiades Assunção de Queiroz — São Paulo)

RESPOSTA — O latifundiário é o proprietário de uma grande extensão territorial que arrenda a terra aos camponeses ou a cultiva utilizando processos arcaicos, semi-feudais. De um modo geral, são estas as características principais do sistema latifundiário de exploração da terra: a grande extensão territorial, as relações de produção semi-feudais e o emprego de processos antiquados no cultivo da terra.

Entretanto, dá-se também o caso de coexistirem, num mesmo latifúndio, métodos feudais lado a lado com métodos burgueses, capitalistas, na exploração da terra. Aos proprietários de terra compreendidos no primeiro caso dá-se o nome de latifundiários feudais. Os que estão no segundo chamam-se latifundiários aburguesados.

Na sua obra clássica "O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907", V. I. Lênin já se referia a esse tipo de propriedade latifundiária da terra. Dizia Lênin, no mencionado livro, que o desenvolvimento da agricultura no sentido do capitalismo pode seguir por dois caminhos: o caminho do tipo norte-americano e o caminho do tipo prussiano. O caminho norte-americano é o da liquidação do latifúndio com o consequente estabelecimento das pequenas propriedades camponesas, capitalistas, desaparecendo as sobrevivências feudais. O caminho prussiano é, ao contrário, o da coexistência dos métodos feudais e dos métodos capitalistas no campo.

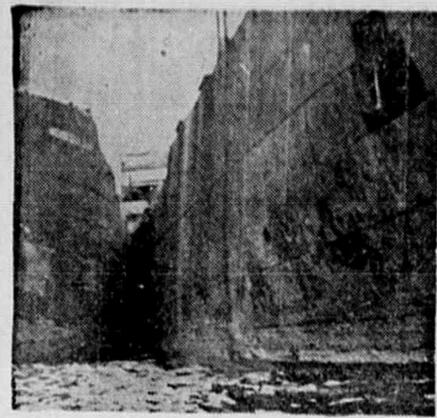
No segundo caso, há uma substituição paulatina dos métodos feudais pelos métodos burgueses. Dizia Lênin: "A fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo". Referia-se Lênin, nessa obra, a um exemplo da história econômica da Rússia, na época da queda do regime de servidão. Naquele momento, enquanto os camponeses lutavam pela extinção dos latifúndios e dos métodos feudais, os latifundiários defendiam "as condições de um desenvolvimento que assegurasse a conservação, ao máximo, das glebas dos latifúndios, dos rendimentos dos latifundiários, dos métodos latifundiários (de usura) de exploração". Em nosso país os latifundiários, em face do inevitável

desenvolvimento das forças produtivas e consequente penetração de métodos capitalistas no campo, procuram a todo custo fazer com que essa penetração capitalista se verifique sem acarretar alterações substanciais no sistema latifundiário, sem importar na liquidação das sobrevivências feudais e do monopólio da terra. Sabe-se, por exemplo, que tem havido nos últimos anos uma certa penetração de novos métodos de trabalho no campo, inclusive à base de um relativo aumento do número de máquinas agrícolas, embora seja irrisória a quantidade existente desses instrumentos de trabalho. Mas ao mesmo tempo em que se constata esse aumento, verifica-se que, em lugar de haver a fracionamento das grandes superfícies territoriais, o que acontece é uma concentração maior ainda da propriedade agrária nas mãos dos latifundiários, assim como a permanência da exploração da terra através da "meia" e outras formas de parceria.

Além disso, mesmo onde as relações de produção se processam à base do trabalho assalariado, são mantidos os vestígios das relações feudais de produção. Apesar dos direitos assegurados em lei como resultado de penosas lutas, a liberdade dos trabalhadores é brutalmente cercada, ficando quase sempre na dependência da vontade pessoal do latifundiário. Os trabalhadores estão sujeitos a uma série de odiosas limitações e mesmo a castigos, como a imposição de multas segundo a vontade dos patrões. Em muitos casos existe ainda a prestação de trabalho gratuito. Com relação ao pagamento do salário, é comum ser feito o adiantamento unicamente através de "vales" ou "ordens" destinados a certos fornecedores, armazéns ou "barracões" onde os preços são impostos aos trabalhadores — o que significa, na prática, a liquidação pura e simples da liberdade de compra.

A realidade mostra que tanto os latifundiários feudais como os latifundiários aburguesados exploram e oprimem implacavelmente o homem do campo e constituem um tremendo fator de atraso para a economia do país. Em ambos os casos, só a luta enérgica e unida dos camponeses e assalariados agrícolas poderá fazer com que os seus direitos e interesses sejam respeitados.

Por tais razões não faz o Programa do P. C. B. qualquer distinção entre esses dois tipos de latifundiários no que toca à realização da reforma agrária, à confiscação das terras de que se apossaram, os latifúndios. Quer se trate de latifundiário feudal ou latifundiário aburguesado, as suas terras — por serem latifúndios — serão confiscadas pelo governo democrático de libertação nacional e entregues gratuitamente aos camponeses para que as repartam entre si.

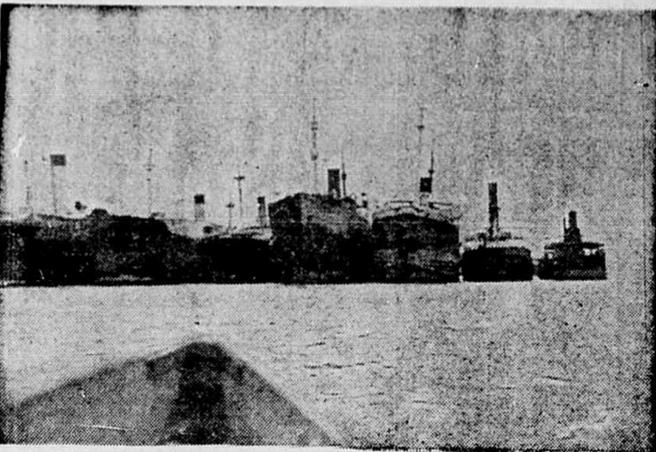


Este barco já começou a ser desmontado. Outros navios, também velhos e anti-econômicos, tomarão seu lugar.

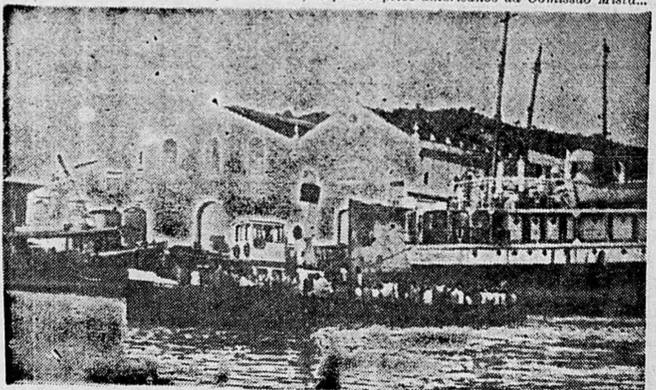
Testemunho da Sabotagem O Cemitério de Navios Da Ilha de Mocanguê

Qualquer nação possuidora de frota mercante, tem também um "cemitério" de navios. É natural que os navios envelhecem, que tenham o seu fim. E quando deixam de compensar economicamente, ficam demorados, gastam excessivo combustível, deixam de oferecer segurança, vivem em constantes e dispendiosos reparos. Dalí a prazo de sucata os barcos quando atingem a "velhice", de um modo geral, depois de dez anos de uso intenso, são transformados em sucata e vendidos nessa qualidade.

O que não é natural, mas um fenômeno negativo e até mesmo um absurdo, é a política adotada pelo governo de Vargas em relação à nossa marinha mercante e os estaleiros, tanto particulares, como do Estado. O relatório do Lóide Brasileiro de 1951 revela que de 87 navios em função naquela época, nada menos de 27 tinham mais de 45 anos de existência; 6, de 43 a 40 anos; 11, de 31 a 35 anos. Apenas 43 desses barcos possuem menos de 30 anos de idade. Não é por acaso que, segundo confessou o sr. Osvaldo Aranha, só essa empresa do governo custa aos cofres públicos cerca de 600 milhões de cruzeiros para a cobertura de seus déficits anuais. E o ministro José Américo, afetando preocupação com o problema, chegou a dizer que nossa marinha mercante é um monte de ferro velho que flutua por milagre.



Foi numa fileira assim, de velhos barcos destinados à sucata, de velhos navios encostados nos Estados Unidos, que Vargas foi escolher barcos para o reequipamento de nossa marinha mercante, a peso de ouro, inspirado pelos americanos da Comissão Mista...



Os operários de Mocanguê sofrem crescentes perseguições. Transformando o Lóide em sociedade anônima, o governo pretende demitir os em massa.

ALGUMAS PROVAS DA SABOTAGEM

UMA série de fatos estranhos que correspondem à política entreguista de Vargas dada pelos americanos da Comissão Mista, vem chamando a atenção dos trabalhadores nos estaleiros de Mocanguê e outros, pertencentes à União. Trata-se de graves acidentes que se vêm repetindo, sem justificativa aceitável com navios e material do Estado. Eis alguns exemplos:

O «SANTOS», que ia carregado, subiu numa pedra nas imediações de Cabo Frio, apesar de ser conhecida a rota e não haver mau tempo justificando o acidente. Os operários trabalharam incansavelmente para salvar o navio. Fizeram a proa em menos de 30 dias, enquanto uma proa em menos de 90 dias para executar a obra.

O «ARACAJU», encalhou em Imbituba, Santa Catarina, também inexplicavelmente. Depois de reparado, com o gasto de verdadeira fortuna, o navio foi encostado.

O «FARRAPOS», também subiu por uma pedra; a desculpa foi de que havia erro na «Carta Inglesa»; mas esta carta sempre foi usada e na mesma rota e não houve acidente semelhante. Que determinou a direção do Lóide? Determinou que fosse construída em Mocanguê uma proa provisória, gastando milhões de dinheiro e que o navio fosse em se-

guida para Hamburgo, na Alemanha. Lá, com redobradas despesas, será substituída a proa provisória pela definitiva que poderia ser perfeitamente construída em nosso país.

O «RECONCAVO» era um petroleiro. Decidiu-se adaptá-lo para o transporte de trigo. Depois de pronto, o navio foi encostado e já está sendo desmontado como ferro velho... perdendo-se todo o trabalho de reparação.

O «TAMARATI», que havia sido reparado a cerca de dois anos, depois de sofrer pequena avaria no convés, foi definitivamente encostado.

O «ATALAIA», que sofreu grande avaria em Alagoas, ficando amassado todo o fundo, recebeu um completo reparo em Mocanguê e também está encostado.

Os operários navais, testemunhas desses fatos, inclusive perante a Convenção Pela Emancipação Nacional Responsabilizaram o governo pelo desperdício de material já escasso nos estaleiros e pela inutilização dos seus esforços com a reparação de navios que posteriormente seriam por eles próprios desmontados como sucata.

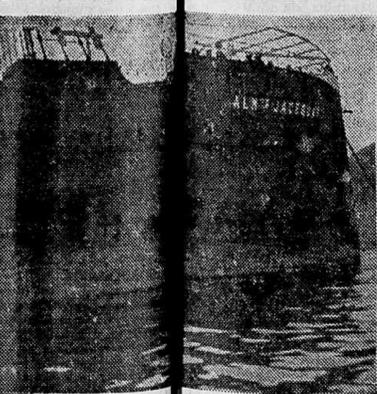
VARGAS — COVEIRO DA MARNHA MERCANTE

landeses. Em setembro de 1955, o governo encomendou à Construtora Ishikawajima de Tóquio, Japão, a construção de dois cargueiros de 4.200 toneladas. A Companhia Rio-grandense de Navegação encomendou na Suécia a construção de um cargueiro de 3.000 toneladas, depois de haver adquirido dois, o «Carishman» e o «Hyperion».

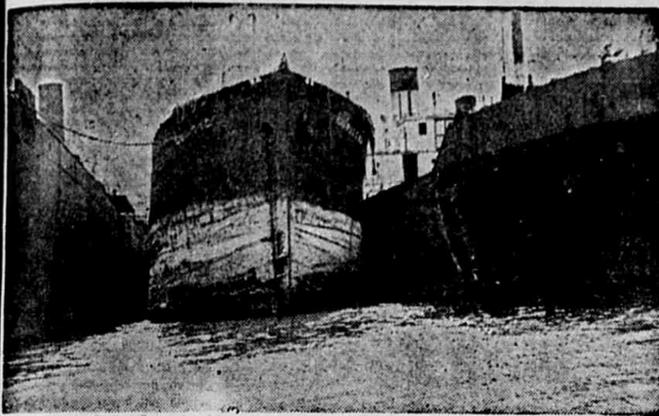
PLANO ARANHA — PE DE MISERICÓRDIA

3 NÃO SATISFEITO com a Constituição Federal que trata do transporte marítimo, o importante ramo da indústria, o governo agrava a situação das cargas contribui para a bancarrota da nossa marinha mercante, permitindo a transferência dos interesses dos imperialistas norte-americanos, a aquil quanto nossos estaleiros de divisas para a importação de material para a indústria naval está incluída na terceira e quinta categorias. Isto quer dizer que esses materiais saem muito caros, pois havendo para a terceira e quinta categorias menos dólares disponíveis verifica-se uma tremenda elevação no seu preço. A situação chegou a ponto, que levantou protestos entre os proprietários de empresas de navegação marítima, tendo o presidente de seu sindicato, sr. Ferraz, enviado telegrama ao presidente da República, em que destacava... face à classificação SUMOC o material de consumo, sobressalentes novos navios colocados na terceira e quinta categorias impossibilitando, face a custos, a manutenção, conservação e renovação da frota mercante particular nacional.

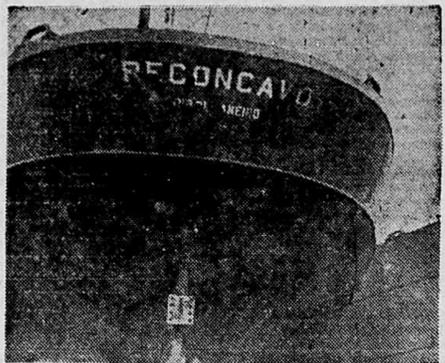
Cabe também recordar que, violando o artigo 155 da Constituição Federal, o governo de Vargas acarreta uma tremenda evasão de cambiais, pois em obediência aos interesses e convênios ditados pelos lanques, os fretes são pagos em dólares. Resultado: só em 1951, apenas as empresas americanas arrancaram a nossas reservas 151 milhões, 829 mil e 151 dólares, ou seja 2 bilhões, 280 milhões e 600 mil cruzeiros.



O «Almir. Jaceguay», ao lado, aguardam os maquinários para serem definitivamente liquidados. Mas os velhos barcos não serão substituídos por novos navios, porque o governo não tem dinheiro para isso.



Os navios, depois de reparados pensosamente, são encostados. Os operários que os repararam e depois recebem ordem de desmontá-los para sucata, só encontram uma explicação para o trabalho inútil: SABOTAGEM



O «Reconcavo», transformado de petroleiro em cargueiro para trigo, jamais foi empregado nessa função. Apodrece em Mocanguê.

EFEITOS DA POLÍTICA DE GUERRA

Em reportagem anterior registramos numerosas denúncias da sabotagem do governo servil dos imperialistas lanques contra nossa marinha mercante. Para coroar toda essa obra de solapamento do patrimônio nacional, a Comissão de Segurança Nacional, da Câmara dos Deputados, cedendo à pressão ostensiva do ministro da Marinha, Renato Gullobel, rejeitou um projeto que mandava destinar metade da importância arrecadada sob o título de «Fundo Naval» durante os exercícios de 1955, 1956 e 1957, para o reequipamento das empresas de navegação do Patrimônio Nacional: O Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira. Por que? Porque Vargas, obediente aos Estados Unidos, não quer desviar das despesas militares, da aquisição de calhambes que americanos recomendam como o «Barron» e o «Tandem» os milhões de cruzeiros desse misterioso «Fundo Naval».

Agora, pretende o governo de Vargas dar o golpe de misericórdia na marinha mercante nacional. Levando as companhias da União, o Lóide e a Costeira à bancarrota e arruinando no mesmo tempo os restantes companhias nacionais pertencentes a particulares, o



Os operários navais da Ilha de Mocanguê, na assembleia que decidiu a paralisação de 24 horas de protesto contra a demissão de dois companheiros. Ao fundo, aparece um cartaz em que se protesta contra a entrega da cabotagem nacional às companhias estrangeiras de navegação. A política entreguista de Vargas encontra a decidida oposição dos homens do mar e de todos os patriotas.

GRAVE AMEAÇA AOS TRABALHADORES

Os trabalhadores do mar, nos navios, nos estaleiros, nos portos, compreendem o que significaria para nosso país a entrega da cabotagem aos monopolistas americanos de tão importantes setores da economia nacional.

Na realidade, desde que Vargas colocou nossa marinha mercante sob a tutela dos americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, esta medida se refletiu sobre toda a vida dos trabalhadores do mar. Em cada reivindicação que levantam, chocando-se com a polícia de Vargas, nas suas greves atacadas, nas suas assembleias dissolvidas a cassetes policiais, os trabalhadores vêem claramente a presença do tacão lanque. Hoje não é mais possível para eles lutar pelos direitos sindicais, pelas liberdades democráticas, pelas reivindicações econômicas sem chocar-se diretamente com os capatazes dos trustes lanques.

Em suas greves e assembleias, os homens do mar têm levantado consequentemente a bandeira da defesa da nossa marinha

mercante, denunciando a entrega da cabotagem nacional aos lanques. Agora, lutam decididamente contra a pretendida transformação do Lóide e da Costeira em sociedade anônima.

Que significaria para os trabalhadores do Lóide e o montante das indenizações com o pessoal que deverá ser despedido? De fonte oficial informou-se que o montante das indenizações se elevará a dois bilhões de cruzeiros. Mas não é só. A transformação das companhias mercantes da União em sociedade anônima implicaria na eliminação de todos os direitos adquiridos, tais como o salário-família, o abono de emergência, os quinquênios, os adicionais por tempo de serviço, a estabilidade no emprego já adquirida por milhares, etc.

TERROR POLICIAL — PARA APLICAR O ENTREGUISMO

Não é por acaso que, ao lado das medidas administrativas visando a entrega da nossa marinha mercante aos Estados Unidos, aumentou nos locais de trabalho a perseguição policial aos trabalhadores. A espionagem, a presença ostensiva de eufonias locais de trabalho, as suspensões arbitrárias, atingiram, nos últimos tempos um nível jamais visto. Presentemente, só na Ilha de Mocanguê, acham-se cumprindo indagações, suspensões, 17 trabalhadores. Há suspeitas de 5 até 25 dias, sob as mais rí-

dículas e vagas acusações, como a de atividades subversivas. São costumadamente usadas pela polícia política para torpedear a organização e a luta dos trabalhadores.

O Sindicato dos Operários Navais, de Niterói, tomando a defesa dos operários perseguidos, já se dirigiu ao diretor do Lóide almirante Lemos Basto, protestando contra essas medidas e exigindo a cessação das perseguições. Igualmente, dirigiu-se ao presidente da República, mas Vargas nem sequer se dignou a responder o ofício enviado.

PARA SALVAR NOSSA PÁTRIA DA RUINA E DA COLONIZAÇÃO

O PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL afirma: «O capital norte-americano predomina nos transportes aéreos, controla as ferrovias e ameaça de aniquilamento a Marinha Mercante Nacional». Os fatos demonstram a justeza histórica desse grandioso documento revolucionário, que indica o caminho da luta de nosso povo pela emancipação nacional, contra a subjugação de nossa pátria pelos imperialistas lanques, interessados em transformar o Brasil em colônia de Wall Street com a ajuda do Governo de Vargas.

O assalto americano à nossa Marinha Mercante é um dos mais graves aspectos dessa penetração do imperialismo norte-americano. Os comunistas brasileiros, todos os patriotas, ao começar pela massa de dezenas de milhares de trabalhadores do mar, cumpram o dever de mobilizar nosso povo para a luta contra os assaltantes americanos e seus agentes em nossa pátria, para salvar o Brasil da ruína e torná-lo um país próspero e independente.

VOZ DOS LEITORES

"Aqui Quem Manda é o Coronel Junqueira"

DESPEJARAM O CAMPONÊS E ATEARAM FOGO À SUA CASA

Recebemos do camponês Camilo do Carmo Rodrigues a seguinte denúncia:

FUI despejado da minha terra, que herdou de Salvador Pires de Moraes; a posse dele era registrada mas estava demandando contra o agrimensor Vito Galbarno. Este vendeu sua fazenda para o coronel Joaquim da



Concha Junqueira. O coronel, vendo que o agrimensor iria perder a questão, chamou a Força Pública e mandou expulsar-nos da gleba que é de 1.800 alqueires e nosso advogado correu. Perdemos a questão; perdemos até o direito de entrar na nossa posse. Fui preso pelo tenente Marcelino e sua escolta tinha mais de 100 homens. O tenente me injuriou, me chamou de desordeiro, dizendo que eu não podia responder. Se eu não sabia que o coronel era quem mandava. Respondi então que não reconhecia o direito alegado pelo coronel, porque ninguém vendeu a terra a ele. O tenente xingou-me então de bandido desordeiro, ameaçando-me: «Diga mais alguma coisa, bandido. É preciso quebrar as costelas de um bandido como este. Eu estava rodeado de praças — dois à frente e dois atrás. Assim indefeso, vi os bandidos incendiarem minha casa, o paiol e a mangueira de porcos. Eu me retirei e minha mulher saiu chorando vendo tudo pegar fogo.

Vivo hoje trabalhando no bico para comer e beber com minha idade de 74 anos.

Estavam incluídas na demanda duas glebas de 160 alqueires cada uma. Os advogados ganharam a questão do ponto de vista que uma delas não está ligada à fazenda do coronel Junqueira. Mas os advogados Luiz Matusce e Aniel Matusce não me entregaram a gleba. Estas terras estão localizadas na Comarca do Novo Horizonte e as fazendas são a Fazenda Três Pontes e Novo Horizonte.

Mas não fui só eu a vítima do assalto. No mesmo dia o grileiro, apoiado pela Força Pública, tomou outra propriedade, de Joaquim José da Rocha, que foi escoteado para a cadeia ficando 8 dias sem que ninguém pudesse falar com ele. Destruíram a casa e o porto que ele possuía à beira do rio e as cercas, atirando tudo n'água. Joaquim José da Rocha tinha escritura dessa propriedade, localizada no Pôrto Ferrão. Este homem também é neto de Salvador Pires de Moraes que foi esbofetado e espancado pela polícia. O tenente, ao praticar essas violências e arbitrariedades, dizia «Aqui quem manda é o Coronel Junqueira».

PELA REBAIXA DOS PREÇOS

Escreve o nosso leitor Clomiro Cezimbra Annes:

ESTÁ na ordem do dia a discussão sobre o congelamento dos preços. Chega aos ouvidos do povo o argumento dos que pleiteiam essa medida e avoluma-se mesmo o movimento para exigência do governo. E então que aparecem aqueles argumentos contrários, cuja pretensão lógica é a de que congelando os preços os colonos deixariam de plantar, ou de que o comércio e a indústria sofreriam um grave colapso. Há ainda os que se colocam como falsos defensores do congelamento para melhor

torpedeá-lo, dizendo que os preços devem ser congelados não na base de junho de 1953 como pleiteiam os sindicatos, mas à base de 1951 pois assim — dizem — seria melhor ainda. Esses senhores são os mesmos que presentemente procuram torpedear o salário-mínimo alegando que o decreto deu origem a uma alta astronômica dos preços. Manhosamente passam por cima do fato de que antes de ser decretado o salário-mínimo os preços subiram periodicamente e continuam subindo mais e mais.

Em Cruz Alta, por exemplo, os preços já foram aumentados antes de entrar em vigor o tão torpedeado salário-mínimo. Eis alguns exemplos:

A banha, que custava 20 cruzeiros, passou para 27 e até 30; a erva-mate passou para 6 e até 7 cruzeiros; a carne de porco, de 18 para 20; o preço dos tijolos de 500 o milheiro para 1.000.

Destacamos o aumento nos tijolos considerando que no momento em Cruz Alta um dos ramos de atividade que mais se desenvolve é o da construção civil que, as-

sim, recebe um tremendo golpe.

Antes de tudo, o bombardeamento do salário-mínimo antes mesmo de cumprido, provoca sofrimentos e privações crescentes para os trabalhadores e é levado a efeito pelos piratas do século XX.

Por esse motivo devemos intensificar nossa luta pela rebaixa dos preços não apenas dos gêneros alimentícios mas os preços dos tecidos, da madeira, das drogas, das ferragens, vidros, etc. O salário-mínimo pode e deve sair somente dos lucros dos tubarões.

PRESO ILEGALMENTE DURANTE 18 DIAS

O nosso leitor Sebastião Celestino nos escreve:

COMO leitor da VOZ OPERÁRIA, sempre conduzo mais de um exemplar para dar e vender aos meus amigos e colegas de trabalho, por ser um jornal que defende os interesses do Brasil e, particularmente, da classe operária; faço isso particularmente quando esse jornal publica um documen-

to de tão grande importância como o Programa do Partido Comunista. O Programa representa as aspirações dos que no momento se manifestam e lutam contra a opressão e a miséria; indica a revolução antifeudal e antiliberalista e um governo que realize as transformações democráticas, a libertação do país e uma série de indicações que, pela análise do Programa, acho perfeitamente justas. Tendo que viajar para o interior do Estado, não era possível deixar de conduzir alguns exemplares da VOZ. Mas ao chegar à cidade de S. Luiz

Quitunde, fui preso, dia 22 de março último. No dia seguinte fui jogado em cima de um caminhão e entregue à secretaria de onde sai meia hora depois para ser trancado na Penitenciária. Ali fiquei incomunicável durante 18 dias, sendo libertado por habeas-corpus.

Quero deixar nestas linhas meu protesto contra esta prisão ilegal praticada pela polícia de Alagoas que desrespeita a liberdade de imprensa e as liberdades individuais garantidas pela Constituição.

DESEMPREGO E MISÉRIA EM LIMEIRA

«EM LIMEIRA come-se o pão que o diabo amassou» — escreve um leitor daquela cidade paulista iniciando sua carta. E prossegue: — «O pão, além de custar 8 cruzeiros o quilo, está cada vez mais intragável; a farinha é misturada. O povo reclama mas os governantes do município não tomam conhecimento. Limeira mais parece uma cidade sem governo. Mas não é só o pão. O arroz custa de 14 a 15 cruzeiros; o feijão, 10; um quilo de banha, 38; café em pó, 55; carne de vaca, 20; carne de porco, 35; açúcar, 6; batata, 6; e, toucinho, 38; e aluguel varia de 500 a 1.000 cruzeiros mensais; a lenha custa 100 cruzeiros a carroça.

Os patrões, sob o falso pretexto de auros por hora, não podem enfrentar as despesas da casa e vivem permanentemente endividados.

Os patrões, sob o falso pretexto do aumento do salário-mínimo, estão despedindo operários, atirando-os na mais negra miséria.

Os trabalhadores devem lutar contra esta situação. No momento, uma forma de luta para desmascarar o governo responsável por tudo isso, é participar da campanha eleitoral, e contribuir para a derrota dos demagogos e tubarões e a eleição dos patriotas.

A EXPLORAÇÃO NAS GRANJAS DE ARROZ

PELOTAS (Do correspondente) — Nas granjas de arroz dos srs. Guilherme Wiener e Segatte, no lugar denominado Pavão, as condições de trabalho são verdadeiramente desumanas. O trabalho começa às 4 horas da madrugada e vai de estrela a estrela. Os trabalhadores vestem-se com roupas feitas com sacos de adubo, porque o que ganham mal dá para comer.

Um grande número de mulheres e crianças também são vilmente exploradas nestas granjas e sua situação é ainda pior do que a dos homens. As mulheres trabalham muitas vezes molhadas até a cintura, com sérios prejuízos para seu organismo, tocam carretas cheias de arroz, do meio da lavoura até a trilhadeira e, na época das sementeiras, carregam pesadas latas com sementes.

As crianças fazem o mesmo trabalho que os homens, começam a trabalhar na mesma hora que eles. No inverno, cortam os pés no gelo que cobre os campos de madrugada.

Embora realizem o mesmo trabalho que os homens, as mulheres e as crianças ganham menos da metade do salário deles. Os homens ganham de 40 a 50 cruzeiros por dia; as mulheres, 20; e as crianças, 15. Os tarefeiros ganham ainda menos: 60 centavos por metro de maracha. Esta quantidade é tão insignificante que os trabalhadores mais hábeis, trabalhando de estrela a estrela, chegam a ganhar no máximo 20 ou 30 cruzeiros por dia.

Os patrões não cumprem as leis trabalhistas, não pagam férias, nem domingo, nem feriados. Quando os operários trabalham domingo, não recebem o dobro do salário, e não ganham nada nos dias de chuva, quando para o serviço. Não existe seguro contra acidentes. Em caso de doença, os trabalhadores não têm outro recurso senão, ir, por conta própria, para a Santa Casa de Pelotas.

Além disso, o trabalhador



nunca vê dinheiro, pois o regime é do vale. Os empregados do sr. Guilherme Wiener, quando precisam de dinheiro, são obrigados a vir recebê-lo em Pelotas, por sua própria conta. Há pouco tempo, um trabalhador, para conseguir o pagamento de 350,00, que a firma lhe devia, teve de gastar 150,00 em viagem e em dois dias de estadia na cidade.

Os trabalhadores são obrigados a comprar os gêneros nas cantinas, onde só encontram refugio e por preços altíssimos. Assim, a graxa custa 25,00; feijão velho, 4,00; e batata (refugo), 4,00. Além disso, não concedem crédito. Quem não pode pagar na hora, não come. Como se isso tudo já não bastasse, os patrões problemam as crianças de tomar leite, pois não permitem que se tenha vacas de leite nas granjas.

Os patrões temem que os trabalhadores entrem para o Sindicato Rural, por isso, quando há reunião sindical, oferece algumas vantagens especiais para impedi-los de comparecer às assembleias. Prometem, por exemplo, pagar o dia todo para quem trabalhar só meio-dia. Mas, os trabalhadores não se deixam enganar e estão entrando para o Sindicato, pois sabem que um Sindicato forte e prestigiado pelos trabalhadores não permitirá que estes continuem a ser tão brutalmente explorados nas granjas.

POSTA RESTANTE

PELOTAS — Notícia sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas.

FORTALEZA — Experiências de comandos com a VOZ OPERÁRIA — Correspondência de Parangabaçu e do Bairro J. Távora.

CONDADO — Correspondência sobre o Serviço Agro-Industrial.

SANTA CLARA (Município de Santa Fé do Sul) — Denúncia sobre violências brutais da polícia.

JOVINO S. — Carta sobre o latifundiário Joaquim de Souza.

S. SEBASTIÃO DO PARAISO — Carta sobre campanha eleitoral no sul de Minas.

S. J. DA BOA VISTA — Carta pedindo informação sobre a atuação política do banqueiro Herbert Levy. Atenderemos na medida do possível tão logo obtemos as informações.

ARARAQUARA — Exemplares de um volante contendo a entrevista de Prestes sobre as eleições e volantes sobre a inauguração da sede da Associação Feminina de Araraquara.

USINA (Visconde de Rio Branco) — Correspondência sobre espancamento e prisão de camponeses a mando do latifundiário.

ITAJUBÁ — Minas — Correspondências sobre a fábrica de Tecidos "Maria Carneiro", o D.E.R., Agência Chevrolet e outras.

MACAÉ — (Usina de Airus) — Denúncia sobre a situação dos trabalhadores.

DISTRITO FEDERAL — Colaboração de Manoel de Souza intitulada "Retrato do Brasil".

VAU NOVO — (Santana de Parnaíba) — E. S. Paulo — Reportagem sobre as condições de vida dos trabalhadores da Fábrica de Cal Santana.

CORNÉLIO PROCÓPIO — Est. do Paraná — Colaboração de Birunga, sobre o governo de Vargas e sobre os preços e o salário-mínimo.

MOSSORÓ — Est. do R. G. do Norte — Notícia de arbitrariedade policial praticada pelo soldado Expedito.

MONTES CLAROS — Minas Gerais — Carta de um ferroviário da EFCB.

MANAUS — Sugestão de um leitor sobre a seção "Perguntas e Respostas".

VOLTA REDONDA — Correspondência de um operário intitulado "O Programa do PCB é a alavanca da libertação".

PORTO ALEGRE — Correspondência de Adão Jorge Gonçalves.

DISTRITO FEDERAL — Carta de Aurora.

APUCARANA — Est. do Paraná — Carta sobre a morte de Nestor Moreira.

DISTRITO FEDERAL — Carta do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica.

IGUAPE — Colaboração de Inod Gomes.

VOZ OPERÁRIA

Director Responsável

JOAO BATISTA DE LIMA E SILVA

MATRIZ

Av. Rio Branco, 257, 17.
and. sala 1712

SUCURSAIS

São Paulo — Rua dos Estudantes, 84, s/ 29 — 2.º andar.

P. Alegre — Rua Voluntários da Pátria, 527, sala 48.

Recife — Rua da Palma, 295, s/ 205, Ed. Seel.

Salvador — Rua João de Deus, 1, s/1.

Fortaleza — Rua B. do Rio Branco, 1248, s/22.

Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPERIA

ASSINATURAS

Anual Cr\$ 60,00
Semestral 30,00
Trimestral 15,00
N. avulso 1,00
N. atrasado 1,50

Este semanário é reimpresso em S. PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E BELEM.

BIBLIOTECA DA NOVA CULTURA

V. I. LENIN

O PROGRAMA AGRÁRIO

da Social-democracia na primeira revolução rusa de 1905-1907

Resoluções da Sessão Extraordinária do Conselho Mundial da Paz

RESOLUÇÕES SOBRE AS ARMAS ATÔMICAS

Meios cegos de destruição total ameaçam todos os povos. A consciência do mundo desperta. Parla-mentos, homens de Estado, as mais altas autoridades religiosas e morais elevam seu protesto.

Exigimos em nome dos povos, como medida de extrema urgência, a conclusão de um acordo internacional que contenha o compromisso de não mais se fazer experiências de bombas atômicas e de hidrogênio e de não empregar essas armas. Semelhante acordo prepararia e facilitaria a adoção de medidas efetivas para a abolição total das referidas armas. Contribuiria, em futuro próximo, ao alívio da tensão internacio-

dução geral dos armamentos e abriria o caminho à colaboração para a utilização pacífica da energia atômica.

Apelamos a todas as organizações e a todas as personalidades que amam a paz: pedimos a todas as organizações políticas, sindicais, religiosas e culturais, aos homens e mulheres de todos os países que procurem juntos, em escala nacional e internacional, os meios para obter o acordo dos governos sobre os seguintes pontos básicos: proibição da fabricação, do armazenamento e do emprego de todas as armas de extermínio em massa e o rigoroso controle — plenamente realizável — dessa proibição.

RESOLUÇÃO SOBRE A SEGURANÇA

A ameaça de intervenção militar dos Estados Unidos da América no conflito da Indochina, o que pode levar à ampliação da guerra; a pressão para que se efetive a «Comunidade Europeia de Defesa», o que consagra a rearmamento da Alemanha; a divisão da Europa e da Ásia pela política dos pactos militares; as experiências com a arma termonuclear, recomençadas com fins de intimidação e chantagem, trouxeram aos povos, depois das primeiras esperanças com as negociações novos motivos de ansiedade.

O movimento da opinião pública dos diversos países, que conseguiu o armistício na Coreia e a abertura de negociações sobre os problemas da Europa e da Ásia, pode obter hoje:

— a feliz conclusão da Conferência de Genebra, isto é, a cessação das hostilidades na Indochina e a solução pacífica dos conflitos da Coreia e da Indochina;

— a rejeição dos trata-

RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO CULTURAL

1. — Os últimos meses se distinguiram pelos alentados progressos feitos no terreno do intercâmbio cultural. Tiveram lugar numerosos Congressos de intelectuais, representações teatrais e festivais cinematográficos, visitas de delegações, comemoração de aniversários de grandes homens e de obras célebres, reuniões de professores, de homens de ciência, de estudantes, de desportistas, etc. Tudo isso confirma o desejo dos povos de transmitir uns aos outros os frutos de seu trabalho e do progresso técnico, as conquistas da ciência e da arte.

2. — Ao mesmo tempo, vimos surgir e se fortalecerem amplos movimentos nacionais com o fim de desenvolver a cultura original de cada país e difundir os conhecimentos humanos entre as grandes massas do povo. Opondo-se a toda tentativa de asfixia da cultura nacional, pois tais tentativas constituem um atentado à soberania dos países, estes movimentos se esforçam por contribuir para a aparição de obras que, aumentando o

dos de Bonn e de Paris e a reabertura das negociações para a solução pacífica do problema alemão;

— o acordo entre os governos para a cessação das provas com as armas atômicas e para não empregar essas armas.

Apesar da diferença de sistemas políticos e sociais, todos os povos têm interesses comuns. Não é possível defender esses interesses comuns, nem garantir a segurança de cada um e a independência dos povos com a chantagem atômica e a divisão do mundo em blocos militares. A repressão dos movimentos de libertação nacional e a ingerência nos assuntos internos dos Estados ameaçam estes interesses comuns.

Não é possível garantir a própria segurança sem garantir a dos demais. A segurança comum deve ser organizada, em primeiro lugar na Ásia e na Europa, por todos os Estados interessados, qualquer que seja a diferença entre seus regimes sociais e políticos.

Berlim, 28 de maio de 1954.

acervo cultural de cada povo, enriqueçam os vínculos internacionais.

3. — Mas, embora promissores, os resultados obtidos na esfera das relações culturais, bem como no desenvolvimento das culturas nacionais, não correspondem às possibilidades atuais. Ainda existem e demasiados obstáculos que impedem os povos de aproveitar inteliramente as conquistas da inteligência humana. É inconcebível que ainda se possa levantar barreiras administrativas ou políticas à livre expressão das ideias e à circulação das pessoas e das obras. Estes obstáculos devem desaparecer. E desaparecerão se cada pessoa amante da cultura adquirir consciência de sua responsabilidade e apoiar com firmeza toda iniciativa, venha donde vier, que tenda a derrubar essas barreiras e a desenvolver cada vez mais as atividades culturais nacionais e o intercâmbio à base da reciprocidade.

Os povos querem que a cultura seja posta a serviço da amizade e da paz entre os homens. Berlin, 28 de maio de 1954



Kuo Mo Jo, vice-presidente do Conselho Mundial da Paz, e Mme. Eugenie Cotton, que presidiram as reuniões da sessão extraordinária do C.M.P.



Em Defesa da Paz e da Segurança Dos Povos

A IMPORTANTE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ — 23 NOVOS MEMBROS ELEITOS PARA O BUREAU E O SECRETARIADO DO C. M. P.

OS trabalhos da sessão extraordinária do Conselho Mundial da Paz desenrolaram-se de 24 a 28 de maio, em Berlim. Delegações de partidários da paz de numerosos países assistiram a essa sessão extraordinária — da União Soviética, da República Popular da China, da França, Inglaterra, Índia, Itália, Polónia, Tchecoslovaquia.

Os trabalhos foram abertos por Kuo Mo Jo, vice-presidente do C. M. P. que salientou de início os êxitos alcançados pelo movimento dos partidários da paz nos seus cinco anos de atividade. A exigência de medidas para aliviar a tensão internacional vai abrindo caminho. Entretanto, acentuou Kuo Mo Jo, ainda são necessários grandes esforços para conseguir a paz. Ainda é muito grande o perigo duma nova guerra. Ainda não foram proibidas as armas atômicas e cresce a ameaça de seu emprego. Ainda se erguem obstáculos ao intercâmbio cultural. Para conjurar o perigo e fortalecer a paz é mister conseguir um sistema de segurança coletiva na Ásia e na Europa bem como a proibição do fabrico e do emprego das armas atômicas.

Por proposta de Kuo Mo Jo, foi enviado um telegrama de saudação ao sábio Joliot Curie, que não estava presente por se achar enfermo.

A ordem do dia constou de dois pontos: proibição das armas atômicas e termonucleares e segurança das nações.

O discurso de D. N. Pritt

O eminente advogado inglês, D.N. Pritt, presidente do Comitê Inglês de Defesa da Paz iniciou o debate do primeiro ponto da ordem do dia. Analisando a luta dos partidários da paz, examinou detidamente a questão do rearmamento, da unidade da Alemanha e da segurança da Europa, da segurança da Ásia e a importância do intercâmbio cultural para as relações internacionais. Sublinhou a necessidade de se conseguir a interdição das armas de extermínio em massa e uma considerável dimi-

nição dos demais tipos de armamento. Encareceu a luta pela solução em primeiro lugar dos problemas mais importantes — os da Coreia e da Indochina e o da unificação da Alemanha — e pela eliminação das barreiras que impedem as relações de colaboração entre as nações no terreno do comércio, da ciência, das artes, da literatura e do esporte, etc.

O segundo ponto da ordem do dia foi aberto com o discurso do sr. D'Astier de la Vigerie, representante dos partidários da paz da França, que debateu o problema da segurança das nações.

Mensagem de Saifudin Kitchlew

O dr. Saifudin Kitchlew, eminente personalidade indiana, enviou mensagem à reunião, pois seu estado de saúde não lhe permitira viajar até Berlim. Em sua mensagem, o sr. Kitchlew assinala que a própria convocação da Conferência de Genebra constitui uma grande vitória das forças da paz. Devido a isso a República Popular da China pôde ter a oportunidade de trazer a sua contribuição aos trabalhos da Conferência, como participante com igualdade de direitos.

Ao destacar o caráter agressivo dos pactos militares do Atlântico Norte e do Pacífico, o sr. Kitchlew declara que esses pactos supostamente defensivos devem ser substituídos por pactos de paz coletivos, no interesse da criação de um verdadeiro sistema de segurança dos povos.

Novos membros do Conselho Mundial da Paz

A base do debate foram adotadas as resoluções que publicamos em destaque nesta página.

Por proposta do sr. Jean Laffite, secretário geral do Conselho Mundial da Paz, foram eleitos 23 novos membros para integrar o C. M. P.



Sra. Branca Fialho, representante do Brasil no Conselho Mundial da Paz.



Jean Laffite, secretário geral do Conselho Mundial da Paz.

Os Sindicatos Mais Poderosos E Democráticos de Todo o Mundo

O XI Congresso da União dos Sindicatos da União Soviética, que acaba de se reunir no Kremlin, foi acompanhado com carinho e interesse pelos trabalhadores de todos os países como um acontecimento da maior importância para o movimento operário de todo o mundo. Que fazem e como atuam os sindicatos no país soviético, onde não há patrões e onde foi abolida para sempre a exploração do homem pelo homem?

OS SINDICATOS soviéticos são as maiores organizações das massas operárias da U. R. S. S. Em suas fileiras se congregam praticamente todos os trabalhadores, engenheiros, técnicos, funcionários de escritórios e o pessoal empregado nas atividades científicas e culturais. Desde o seu primeiro dia de trabalho, qualquer cidadão tem o direito de filiar-se ao sindicato. Um em cada grupo de três operários ou empregados é militante sindical, isto é, toma parte ativa nos trabalhos dos diversos órgãos e comissões sindicais.

Os sindicatos da U. R. S. S. englobam em suas fileiras a totalidade dos trabalhadores soviéticos e contribuem grandemente para transformar cada um deles num verdadeiro homem público, desempenhando assim um papel importantíssimo em toda a vida do país.



Schvernik, presidente do Conselho Central da União dos Sindicatos da U. R. S. S., ex-presidente do Soviet Supremo da União Soviética

O CAMPO DE AÇÃO DOS SINDICATOS

Os sindicatos soviéticos tomam parte ativa na elaboração e no controle da execução de toda a legislação referente ao trabalho na indústria, à segurança no trabalho, aos padrões de vida e à vida cultural dos trabalhadores. São os sindicatos que administram os fundos sociais integralmente pagos pelo Estado. Eles ajudam o Governo soviético e o Partido Comunista a melhorar continuamente as condições materiais e o bem-estar do povo trabalhador, a elevar sua cultura e educação política.

Os sindicatos soviéticos participam no estabelecimento dos níveis dos salários, velando para que o pagamento esteja de acordo com a qualidade e a quantidade dos salários. Verificam as normas de produção e o pagamento adequado dos salários. Os comitês sindicais das empresas organizam a emulação socialista, ajudam os operários a adquirir a mais alta qualificação profissional, organizam cursos e círculos de estudo, divulgam a experiência dos trabalhadores avançados e popularizam os novos e melhores métodos de produção e as inovações técnicas.

Em suma, os sindicatos soviéticos mobilizam as amplas massas trabalhadoras para as tarefas da constru-

ção socialista, desenvolve sua consciência política e sua atividade pública, inculcam-lhes uma atitude comunista diante do trabalho. Os sindicatos soviéticos, como os chamou Lênin, são a escola do comunismo.

OS CONTRATOS COLETIVOS DE TRABALHO

Os sindicatos soviéticos são organizados por indústria. Todos os trabalhadores da mesma empresa, seja

qual for sua ocupação ou qualificação, pertencem ao mesmo sindicato. Assim, cada organização sindical representa a totalidade dos interesses de cada fábrica, usina, mina, etc., em cada qual existe uma Comitê Sindical.

O Comitê Sindical, em nome de todos os trabalhadores, firma o contrato coletivo de trabalho com a direção da empresa, contrato que se renova anualmente. O contrato coletivo determina as obrigações da empresa e dos trabalhadores no que se refere ao cumprimento dos planos de produção, estabelece as medidas para aumentar e melhorar a produção e para melhorar a situação material e cultural dos trabalhadores. Especifica o que fazer e quando, em relação a novas máquinas, à técnica da produção, à proteção e segurança no trabalho, construção de casas para os trabalhadores, instituições culturais e recreativas, serviços de saúde, escolas para os filhos dos trabalhadores e assim por diante.

Os trabalhadores realizam discussões coletivas, fazem propostas e críticas aos projetos de contratos coletivos, examinam o assunto em assembleia e comícios. Basta dizer que, os contratos coletivos de 1952 foram discutidos em 250 mil conferências, assembleias e comícios, sendo apresentadas pelos trabalhadores um milhão de emendas. De três em três meses, o diretor da fábrica e o presidente do Comitê Sindical informam em assembleia geral como o contrato está sendo cumprido. No fim do ano, amplas comissões de controle são organizadas também com o fim de recolher as novas propostas para o futuro contrato coletivo. Acrescenta-se que, uma vez assinado, o contrato coletivo é impresso e distribuído a todos os trabalhadores.

Os sindicatos mantêm numerosos Palácios de Cultura, clubes, bibliotecas e estádios. Os fundos sindicais provêm das mensalidades dos associados, fixadas em 1% dos salários.

Os estatutos asseguram a mais ampla e completa demo-

cracia nos sindicatos soviéticos. Cada associado pode ser eleito para qualquer cargo dirigente e tem o direito de criticar a organização sindical local ou de qualquer escalão superior nas assembleias e na imprensa sindical, interpelar qualquer órgão de direção sindical, que deve atendê-lo prontamente. As direções sindicais são obrigadas a prestar contas de todos os seus atos em intervalos determinados pelos estatutos. Todos os organismos dirigentes dos sin-



Sotoviev, secretário do Conselho Central da União dos Sindicatos da U. R. S. S.



Popova, secretária do Conselho Central da União dos Sindicatos da U. R. S. S.



Todas as questões são resolvidas coletivamente. O Comitê Sindical da fábrica de locomotivas de Vorochilovgrado em uma de suas reuniões.

dilectos, desde os Comitês das empresas até as mais altas instâncias, são eleitos pelo voto secreto.

A central sindical para toda a URSS é o Conselho Central da União dos Sindicatos, que é eleita nos respectivos congressos. Agora realizou-se o XI Congresso.

Delegações fraternais de cerca de meia centena de países, inclusive uma do Brasil, assistiram aos trabalhos, vieram confirmar-se mais uma vez a declaração de um líder sindical inglês: na União Soviética os sindicatos já obtiveram tudo aquilo pelo que lutamos.

UNIDADE ENTRE OS PARTIDOS COMUNISTAS

REALIZADO O III CONGRESSO DO PARTIDO HÚNGARO DOS TRABALHADORES



Do dia 24 ao dia 30 de maio, último, realizou-se o III Congresso do Partido Húngaro dos Trabalhadores, com a seguinte ordem do dia: 1) Informe sobre o trabalho do C. C. do P. H. T. e as tarefas do Partido. Informante: camarada Matias Rakosi. 2) As tarefas do aparelho estatal e os conselhos. Informante: camarada Imre Nagy. 3) Informe de balanço da Comissão Central de Controle, a cargo do camarada Lajos Acs. 4) Modificações nos Estatutos do Partido, também a cargo do camarada Acs. 5) Eleição dos órgãos dirigentes do Partido Húngaro dos Trabalhadores.

Em seu informe, o camarada Matias Rakosi fez um balanço crítico e autocrítico dos trabalhos do Partido desde o último Congresso e dos êxitos extraordinários alcançados pela República democrático-popular.

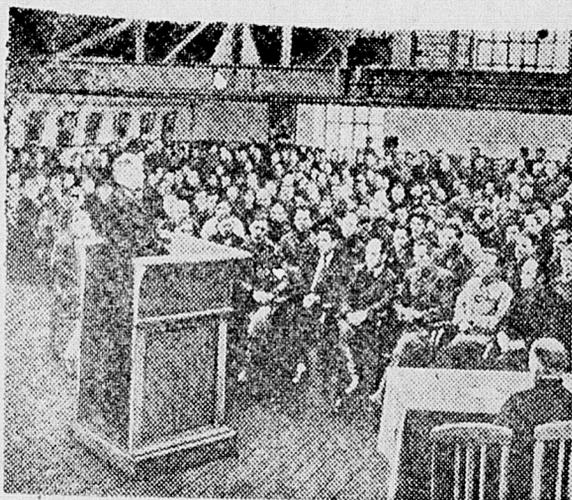
Ao Congresso compareceram inúmeras delegações de partidos irmãos, e foi enviada grande quantidade de mensagens providas de partidos e organizações democráticas.

O camarada K. E. Vorochilov, chefe da delegação do P.C.U.S., pronunciou um discurso, no dia 26 de maio, acolhido com tempestuosos e prolongados aplausos por parte dos congressistas e convidados.

No final, foi eleito o novo Comitê Central, composto de 71 membros e 19 suplentes. Foram eleitos igualmente 13 membros da Comissão Revisora Central.

VITÓRIA DA FRENTE DEMOCRÁTICA NA ALBÂNIA

A 30 de maio passado realizaram-se as eleições para a Assembleia Popular da República, na Albânia. Segundo o comunicado da Comissão Eleitoral Central, votaram mais de 99 por cento dos eleitores inscritos. Os trabalhadores elegeram para deputados os melhores filhos do povo, entre os quais os camaradas Enver Hodja, Presidente do Conselho de Ministros e Secretário Geral do Partido Albanês do Trabalho. As eleições mostraram, mais uma vez, que a Frente Democrática, cujos candidatos obtiveram 99 por cento dos sufrágios, dirigida pelo Partido do Trabalho, luta com êxito pelo florescimento da economia e da cultura, pelo ascenso contínuo do bem-estar do povo, em defesa da soberania nacional e da paz, pelo socialismo.



A execução dos contratos coletivos de trabalho é posta sob o controle das massas. O diretor da fábrica de locomotivas de Vorochilovgrado apresenta um informe sobre a execução do contrato coletivo.

LEGALIDADE DO P.C.B. UMA EXIGÊNCIA NACIONAL

O reconhecimento da legalidade e do registro do P.C.B. é uma exigência nacional. Operários, camponeses, intelectuais, donas de casa, parlamentares, estudantes, comerciantes e industriais patriotas reclamam a volta do Partido Comunista à vida legal. Dezenas de líderes sindicais e cerca de uma centena de senadores e deputados federais já se pronunciaram favoravelmente à legalidade do P.C.B.

A legalidade do Partido Comunista é uma medida que corresponde plenamente aos interesses de todo o povo brasileiro. Com o P.C.B. na legalidade, mais vigorosa ainda será a luta dos operários e dos camponeses pelas suas reivindicações mais sentidas, contra a fome e a exploração. A legalidade do P.C.B. será também um poderoso fator para impulsionar a luta das massas populares contra a carestia da vida e pela satisfação de seus interesses vitais. Podendo o Partido Comunista atuar legalmente, maiores serão os êxitos de nosso povo em sua luta pela independência da pátria, pela paz, pela democracia e por um futuro feliz. A legalidade do P.C.B. facilitará, enfim, a vitória do Programa do Partido — o programa da salvação nacional.

O Partido Comunista é o campeão incontestável da luta pelas aspirações de nosso povo e pelos supremos interesses nacionais. Por isso, a luta pela legalidade do P.C.B. e pela conquista de seu registro eleitoral é uma luta de todos os patriotas e democratas de nossa terra.



A LUTA TRARÁ A VITÓRIA

A CONQUISTA DA LEGALIDADE DO P. C. B. e do seu registro eleitoral exige que sejam utilizadas as mais diversas formas de luta:

- ★ abaixo-assinados e telegramas ao Parlamento e ao governo
- ★ pronunciamentos de personalidades políticas e líderes sindicais
- ★ comissões de patriotas aos jornais e às Câmaras
- ★ inscrições murais
- ★ palestras, conferências, debates, mesas-redondas
- ★ volantes, cartazes e folhetos
- ★ moções das organizações de massas
- ★ comícios e comandos com os jornais da imprensa popular nas portas de fábricas, nas feiras e nos bairros.

E todas as demais formas de luta que surjam da iniciativa criadora das massas. A legalidade do Partido Comunista só pode ser conquistada através de uma ampla e vigorosa campanha, de que participem ativamente as grandes massas do nosso povo.



EISENHOWER ORDENA: GETÚLIO OBEDECE

FOI em obediência às ordens de Truman que, em 1947, Dutra lançou o Partido Comunista na ilegalidade.

Para todo o povo brasileiro torna-se cada dia mais claro que é em obediência às ordens de Eisenhower que Getúlio mantém o P.C.B. na ilegalidade e insiste em negar o seu registro eleitoral.

Mas o povo brasileiro não se submete a tal humilhação. Não é admissível que os interesses do povo e da pátria sejam sacrificados porque os magnatas norte-americanos impõem a sua vontade a Vargas e sua camarilha.

O povo brasileiro está disposto a lutar até à vitória pela volta à legalidade do partido da salvação nacional — o glorioso Partido de Prestes.

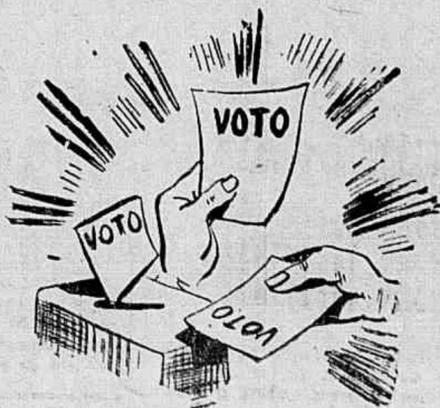


CAMPANHA ELEITORAL: LUTA PELA LEGALIDADE DO P. C. B.

NENHUMA oportunidade melhor do que a campanha eleitoral para impulsionar a luta pela legalidade do P.C.B. As massas trabalhadoras, milhões de patriotas e democratas voltam-se, mais do que nunca, para o Partido Comunista. Votar no P.C.B., eleger os candidatos comunistas e de seus aliados, é a vontade de um número cada vez maior de brasileiros que se convencem da justesa do Programa do Partido Comunista.

Cabe fazer, portanto, que no curso da campanha eleitoral se intensifique e se estenda a todo o povo a luta pela legalidade do P.C.B.

Do vigor e da amplitude com que seja realizada essa luta depende a conquista, agora, da legalidade do Partido Comunista e a possibilidade de se apresentar o P.C.B. com a sua própria legenda nas eleições de outubro vindouro.



★ TUDO PELA LEGALIDADE
DO P.C.B.

★ O POVO EXIGE A LEGALIDADE
DO P.C.B.

Parlamentares pela legalidade do P. C. B.

PERTO de uma centena de senadores e deputado federais já se pronunciaram pela legalidade do P.C.B.

Dentre esses parlamentares destacam-se os seguintes: senadores Atilio Vivacqua, Gomes de Oliveira, Kerginaldo Cavalcanti, Mozart Lago, Eulides Vieira, Aloisio de Carvalho e Alberto Pasqualini; deputados Campos Vergal, Alionar Balleiro, Orlando Dantas, Bilac Pinto, Euzébio Rocha, Afonso Arinos, Carmelo Dagistino, Vieira Lins, Benjamim Farah, Gurgel do Amaral, Heitor Beltrão, Breno Silveira e outros.

A CAMPANHA ELEITORAL CHEGA AO CAMPO

A Vida Será Farta e Feliz Quando o Povo For Governado

Domingo cheio com o festivo comício eleitoral na Fazenda São Francisco, em Uberlândia — Margonari e seus companheiros discutem com os camponeses o Programa do P. C. B.



A LÍDER FEMININA em Uberlândia, Olívia Calábria, explica a um grupo de mulheres camponesas o Programa do P.C.B.

FOI num domingo de maio passado, no município de Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Elementos da U.D.N., ligados aos latifundiários haviam feito tudo para impedir a reunião dos camponeses (Quando se trata de reprimir o povo, os falsos «oposicionistas» colaboram gostosamente com o governo de Getúlio). Disseram que a polícia iria prender os lavradores, que viria até a cavalaria, para reforçar a polícia. Não conseguindo amedrontar o povo, lançaram mão de outro recurso, promoveram um jogo de futebol, prometendo transportar os camponeses de caminhão gratuitamente, ida e volta, até o local da partida.

E os camponeses ficaram

Os camponeses do Triângulo, porém, sentem cada vez mais as dificuldades, que a vida vai de mal a pior. E quando souberam que seus problemas seriam discutidos com homens que defendem suas reivindicações, não arredaram pé. E assim se reunião, na

fazenda São Francisco, cerca de 150 homens e mulheres do campo para discutir sua situação, conhecer o Programa do P.C.B., falar das eleições e ouvir os candidatos populares à Câmara Municipal de Uberlândia e à Assembléia Legislativa do Estado.



ROBERTO MARGONARI, candidato a deputado estadual, debate o Programa e explica que utilizará seu posto na Câmara para impulsionar a luta pela entrega da terra dos latifundiários aos camponeses.



O CANDIDATO A VEREADOR JOAO JORGE CURI discute os problemas locais e ouve as perguntas dos camponeses sobre o Programa do P.C.B.

Realidade que parece um sonho

Foi um domingo cheio aquele. Primeiro falou João Jorge Curi, candidato a vereador, explicando o que é e o que significa o Programa elaborado pelo Partido de Luiz Carlos Prestes. Depois Olívia Calábria falou para as mulheres, expondo suas reivindicações, mostrando a necessidade de se organizarem para lutar, lado a lado com seus maridos e irmãos, por uma vida melhor, em que as crianças estejam ao abrigo da fome e da doença, em que as mulheres do campo não precisem mais se matar de trabalho para engordar os coronéis exploradores. Falou ainda o motorista João Candido Pereira e com que interesse foi ouvido pelos presentes! O chofer, candidato a vereador, contou a viagem que fez à Polónia, quando do III Congresso da Federação Sindical Mundial. A vida numa democracia popular, o povo mandando, no governo, os camponeses trabalhando a terra que lhes pertence com tratores, construindo boas casas e escolas frequentando os teatros, cinemas e clubes, tudo isso pareceu um sonho para os ouvintes da fazenda São Francisco. E o motorista de Uberlândia afirmou que também podemos

construir uma vida assim no Brasil, se lutarmos unidos, seguindo o caminho apontado no Programa do P. C. B.

Sob a luz do Programa, marcham os camponeses

Todos queriam conversar sobre tanta coisa interessante dita pelos oradores, mas fez-se o silêncio quando Roberto Margonari subiu a um caixote para prestar contas de sua atuação como vereador dos trabalhadores e camponeses de Uberlândia. Margonari discorreu sobre o Pro-

grama do P.C.B., mostrou sua importância para os homens do campo, que têm ali o farol a iluminar seu caminho para o futuro, o caminho da luta contra o poder dos latifundiários e dos magnatas norte-americanos. Mostrou a importância das eleições, quando o povo dará uma resposta ao governo de opressão e miséria de Getúlio, derrotando, com seu voto, os entreguistas e exploradores do povo, e elegendo patriotas, homens de sua confiança, para as assembleias legislativas e para o governo do Estado.

Novos eleitores

Margonari é candidato a deputado estadual, os camponeses o conhecem e sabem que podem confiar em homens como ele. Por isso, depois do discurso do dr. Virgílio Mineiro, dentista também muito estimado pelo povo, tratou-se de uma série de medidas práticas ligadas às eleições. Muitos jovens camponeses fizeram requerimento para obter o título eleitoral. Outros que até hoje não votaram, desiludidos dos partidos dominantes, imitaram o exemplo, compreendendo que a eleição constitui uma arma nas mãos do povo

Quando o governo for do povo...

Grande interesse despertou o Programa do P. C. B.



GRUPO DE CAMPONESES, reunidos após o debate sobre o Programa do P.C.B. com os candidatos populares à Câmara Municipal de Uberlândia e à Assembléia Estadual de Minas Gerais, na fazenda São Francisco.

As explicações dos oradores não bastaram para satisfazer as dúvidas dos camponeses. E a conversa não mais saiu do assunto até o fim da reunião. Uns queriam saber se as ferramentas mecanizadas dos latifundiários também seriam distribuídas. Outros desejavam ter a certeza de que receberiam a escritura legal das terras que lhes tocarem como propriedade. Alguns queriam ainda saber se os camponeses seriam livres e não teriam de pedir licença ao governo para arar suas terras e vender seus produtos.

Caem os véus da calúnia

A todas as questões, Margonari e seus companheiros procuravam dar resposta, explicando, com exemplos, como se fará isso ou aquilo quando o povo estiver no governo. Muitos não acreditaram no início, de que isso seria possível: um governo a favor dos camponeses, contra os latifundiários, usurários e exploradores do campo. Tinham ouvido até então o que diziam os homens importantes, os jornais dos coronéis e da polícia. Aproveitaram a ocasião para tirar a prova de muita coisa que se dizia, como, por exemplo, se os velhos, que não tinham mais forças para trabalhar, seriam sacrificados ou mortos

O Programa, de mão em mão, no campo

Tôdas as questões tiveram respostas com a leitura dos textos do Programa que se referem ao problema da terra. Cada participante à reunião levou o seu exemplar do Programa de Salvação Nacional, para lê-lo e relê-lo em casa, para mostrar aos vizinhos, para pedir aos que lêem melhor que repitam outra vez, a fim de que todos saibam que os camponeses, lutando em aliança com os operários, e juntamente com todo o povo, podem acabar com o regime de privilégio para os donos da terra, libertar o Brasil do jugo aos imperialistas norte-americanos fazedores de guerra e criar um regime de liberdade e fartura, de progresso e paz.

POR ISSO LUTAM OS CAMPONESES

O projeto de Programa do P. C. B. estabelece:

Art. 37 — Condição de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.

Art. 38 — Abolição de todas as formas semifeudais de exploração dos camponeses — meação, terça e todas as formas de prestação de serviços gratuitos — abolição do vale e barracão, e obrigação do pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas.

Art. 39 — Garantia de salário-mínimo suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejarem.

Art. 40 — Garantia legal à propriedade dos camponeses ricos. Tanto a terra cultivada por eles ou por assalariados agrícolas, como suas outras propriedades, serão protegidas contra qualquer violação.

Art. 41 — Anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, os Bancos, o Governo e as companhias imperialistas norte-americanas.

Art. 42 — Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc. Ajuda técnica aos camponeses. Estimulo ao cooperativismo.

Art. 43 — Garantia pelo Estado de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários necessários ao abastecimento da população, de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade de suas terras, sem deixar de defender ao mesmo tempo os interesses da grande massa consumidora.

CONSTRUIR O PARTIDO EM FUNÇÃO DAS MASSAS E DO PROGRAMA

JOÃO AMAZONAS

AO LERMOS e estudarmos os materiais do XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética uma coisa salta à vista: o Partido é tudo. O Partido derrubou o capitalismo na Rússia, tornou realidade o socialismo, é o educador e o forjador dos homens novos soviéticos. O Partido é o instrumento fundamental para a construção do comunismo.

Será que já compreendemos suficientemente que o Partido é tudo? Penso que não. Há ainda muita subestimação da tarefa de construção do Partido. Quando queremos derrubar um muro necessitamos de uma ferramenta qualquer. Para derrubar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas, serviços do imperialismo norte-americano, é preciso também um instrumento poderoso. Este instrumento é o Partido.

No fundo, quando subestimamos o Partido é porque pensamos ou que esse regime cai por si mesmo, ou que é muito forte e não pode ser derrubado. Esse regime, na realidade, não suportará muitos golpes firmes. Mas por si só não cairá. É preciso o Partido. Não pode haver revolução sem o Partido.

Por falta de um Partido à altura, por falta das condições subjetivas portanto, não temos aproveitado oportunidades revolucionárias que se têm criado em nosso país. Assim foi em 1930, 1935 e 1945.

Se tivermos espírito autocrítico podemos ver já agora como se faz sentir ainda a fraqueza do Partido. É preciso um poderoso Partido para transformar o atual ascenso das lutas de massa em movimento revolucionário. Não se trata somente dos problemas de organização, mas da construção do Partido em todos os aspectos, tanto no terreno orgânico, como no político e ideológico.

Uma situação de efervescência e de lutas de massas como a de hoje exige Partido em toda parte. Onde parece haver estagnação, quando menos se espera inicia-se a luta. E se não há Partido a luta não tem consequência, não traz a vitória às massas. O que estava estagnado ontem se põe hoje em movimento, e se não se põe hoje, se porá amanhã. É preciso construir o Partido responsávelmente, em todos os setores importantes da classe operária e das massas populares.

O Partido cresce nas épocas de ascenso, ensina Stálin. É preciso olhar para a frente e não ficar preso às dificuldades do passado. Precisamos sentir o novo, a nova situação que se cria. Os melhores filhos do proletariado querem ingressar no Partido. Procuram o Partido. Esta é a época dos grandes recrutamentos. Para engrassar os efetivos do Partido é necessário ter confiança nas massas, não esconder o Partido. Dizer abertamente que o nosso Partido é o único que pode salvar o país. Este é o caminho da construção de um grande partido de massas.

Mas uma pergunta se impõe: para que construir o Partido? Para conduzir as massas à luta pela vitória do Programa do P.C.B. Este é o objetivo intrínseco da tarefa de construção do Partido. Nossa atividade partidária visa sobretudo fazer penetrar na cabeça das massas a necessidade do Governo democrático de libertação nacional. É certo, entretanto, que a necessidade da Revolução não penetra espontaneamente, ou mesmo facilmente, na cabeça das massas. É preciso um trabalho persistente para levar as massas, do nível em que se encontram atualmente, até a compreensão de que é necessário derrubar Vargas e instaurar

um novo regime, o regime democrático-popular.

O método justo de construção do Partido deve corresponder às funções e tarefas do Partido. Que acontece, no entanto, com muitos de nossos companheiros? Não compreendendo as funções e as tarefas do Partido aplicam métodos falsos na sua construção. Surgem duas tendências: a) sentido burocrático na construção do Partido; b) sentido imediatista na construção do Partido.

No primeiro caso, recruta-se, criam-se organizações de base, arruma-se o Partido, como se costuma dizer. Mas tudo isso sem qualquer relação com a função verdadeira do Partido que é trabalhar com as massas, fazê-las avançar partindo do grau de sua compreensão atual. Um exemplo: na região da Mantiqueira há várias grandes fábricas de tecidos onde existem organizações de base do Partido. Durante a grande greve que se verificou em São Paulo, o 1.º secretário dessa região não sabia como começar, quais as reivindicações a levantar, etc. Era necessário naquele momento iniciar o trabalho. Mas nada foi feito. Isso significa que tais organizações não viviam em função das massas, existiam burocraticamente. No entanto, na região se recrutava e se construam organizações de base.

No segundo caso, mal se recrutam alguns elementos — se constrói uma organização de base joga-se a mão os comunistas sózinhos na luta. Resultado: o Partido é golpeado e muitas vezes custa a se recuperar. Em São Paulo, na Phillips, perdemos assim uma organização de base de 30 elementos; na Metalúrgica Matarazzo, uma organização de base de mais de 20 elementos novos foi destruída. Em São Paulo, movimentava-se demasiado com os quadros que são queridos nas empresas. São deslocados de um organismo para o outro, o que dificulta o maior enraizamento do Partido na empresa.

Ambas as tendências — a burocrática e a imediatista — são falsas.

O Partido é a vanguarda. A vanguarda deve atuar de modo a levar as massas a resolverem seus próprios problemas. Não é a organização de base que deve sózinha desencadear a luta. A organização de base deve preparar o desencadeamento das lutas e dirigi-las. Para isso deve realizar um trabalho diário e persistente junto às massas. Se os companheiros do CR de Mantiqueira, por exemplo, no seu trabalho, tivessem em vista a preparação das lutas — preparação que muitas vezes é longa e percorre certas etapas — com o surgimento da grande greve de São Paulo teriam levado as massas à greve pela conquista de suas reivindicações. Na luta teriam reforçado o Partido e ajudado as massas a darem mais um passo à frente. A massa tem que dar muitos passos para chegar à Revolução.

O Partido trabalha em função das massas. Educa, esclarece, mobiliza as massas, indica-lhes firmemente o caminho. A construção do Partido é inseparável da luta pela aplicação de sua linha política, da luta para tornar vitorioso o Programa do P.C.B.

Se construímos o Partido no ritmo que é necessário, em função das massas e de suas lutas, da aplicação de nosso Programa, a revolução no Brasil estará mais próxima do que se possa pensar.

AS GRANDES lutas operárias que se desenvolveram no Brasil a partir da greve geral de São Paulo, em julho de 1917, e se multiplicaram por todo o país até 1920, revelavam não só um vigoroso espírito combativo, mas um verdadeiro espírito revolucionário, se bem que ainda espontâneo e elementar, inspirado, sobretudo pelo exemplo da revolução vitoriosa na Rússia. Já desde o começo da primeira guerra mundial, em 1914-1915, o proletariado brasileiro lançara-se à frente da luta popular contra a guerra, em favor da paz entre os povos; e a onda de greves, que se seguiu ao movimento pela paz, era uma demonstração de que a capacidade combativa da classe operária crescia de mais em mais.

Mas estávamos num país de estrutura semifeudal e semicolonial; faltava-nos uma tradição marxista; nosso movimento operário, de formação recente e heterogênea (de origem escravista, artesanal e imigratória), havia seguido até então dois caminhos igualmente falsos — de um lado sob a influência social-reformista, mistura de economismo sindical e de reformismo legalista ou parlamentar, e de outro lado sob a influência anarco-sindicalista, que se perdia em desbragado verbalismo «revolucionário».

Sem uma direção política esclarecida e firme, que só um partido proletário de orientação marxista podia imprimir ao movimento, a onda de greves e as lutas de massa, espontâneas e irrisíveis, se esvaíram quase sem deixar vestígios, além de algumas conquistas econômicas parciais. Mas ficou a experiência, e esta experiência levava a compreender claramente a necessidade de um partido da classe operária, organização política independente, ao qual incumbiria precisamente a missão de dirigir as lutas operárias. O exemplo da Revolução de Outubro era concludente e servia também para mostrar que era preciso buscar outro caminho, diferente daqueles até então seguidos.

Nasceu assim o Partido Comunista do Brasil, em 1921-1922, como legítima expressão de uma necessidade sentida pela classe operária, que fazia na prática o seu aprendizado de marxismo.

Aprendizado que se prolongaria ainda por muitos anos, irregular, difícil, sofrendo os precalços de uma série de condições adversas, tanto de ordem objetiva quanto de ordem subjetiva;

aprendizado que se confunde com a própria história de origem, da fundação e do desenvolvimento do Partido.

Compreende-se que a ausência de uma tradição marxista (basta lembrar que o Manifesto Comunista de Marx e Engels só foi publicado entre nós, sob a forma de livro, em 1923) havia de tornar ainda mais difícil, nas condições do nosso país, a tarefa de extirpação das influências reformistas anarquistas, que perduravam no movimento operário em geral, mesmo depois das experiências de 1917-1921, e se refletiam desastrosamente no Partido e sobretudo em sua direção.

É certo que o Partido se formou, historicamente, na luta contra tais tendências estranhas à Ideologia marxista, e isto apesar das insuficiências e erros da direção; mas devemos reconhecer que estes erros e insuficiências da direção do Partido (refiro-me particularmente à direção em exercício no período de 1922-1930, da qual era eu o principal responsável) contribuíram em larga escala para retardar o processo de extirpação das perniciosas sobrevivências ideológicas que restavam do período anterior a 1917-1918.

Considere-se, por outro lado, que a composição social da direção do Partido, nos primeiros anos de sua existência, não obedecia a um critério adequado: intelectuais de origem pequeno-burguesa, operários da pequena indústria, empregados no comércio, artesãos, com a agravante de uma quase absoluta impreparação teórica. Em tais condições a atividade do Partido não podia deixar de ser o que foi, durante anos, caracterizando-se por uma permanente vacilação e por métodos de trabalho extremamente falhos. Era uma atividade empírica, descontínua, meramente prática, espontânea e burocrática. Poder-se-ia talvez dizer que o Partido se desenvolvia e crescia, apesar de tudo, como uma força histórica necessariamente ligada ao próprio desenvolvimento objetivo da classe operária e suas lutas. E é um fato que em mais de uma ocasião o Partido permaneceu a reboque de tais lutas.

O Partido era constituído, na realidade, por pequenos grupos de agitação e propaganda, o que aliás permitia manter viva a ideia do Partido, fazendo sentir a sua presença e a sua palavra — e isto sem dúvida não se deu

CONCLUI NA 3ª PAGINA

ATAREFA histórica da realização do IV Congresso coloca ante os comunistas a necessidade de intensificar os esforços para a assimilação da Ideologia marxista-leninista, a Ideologia do proletariado. O trabalho de elevação do nível ideológico, a educação comunista dos militantes, é alvo da atenção permanente de nosso Partido.

O partido da classe operária tem por missão transformar a sociedade. Todo militante do Partido necessita conhecer as leis do desenvolvimento da sociedade brasileira e da luta de classes, as leis por que orienta sua atividade o Partido a cujas fileiras pertence. Só assim pode o membro do Partido ver ao longe as perspectivas dos avanços do movimento, compreender em toda a profundidade a justiça da causa que defende e atuar com a abnegação que caracteriza os revolucionários proletários.

J. V. Stálin sempre ensinou que quanto mais elevado é o nível político e o grau de consciência marxista dos comunistas, tanto mais elevado e produtivo é o traba-

lho, tanto mais eficientes são os seus resultados. E ao contrário, quanto mais baixo é o nível político e o grau de consciência marxista dos comunistas, tanto mais prováveis são as falhas e os insucessos no trabalho.

A necessidade da assimilação pelos comunistas dos conhecimentos básicos do marxismo-leninismo é uma exigência do projeto de Estatutos ora em debate, que elevam à altura de verdadeiro princípio tal exigência. Além de figurar entre os deveres dos membros do Partido é atribuição expressa das organizações do Partido, dos Comitês Regionais, dos Comitês de Zona, dos Comitês Distritais e das organizações de base. Esforçar-se por elevar seu grau de

consciência, por assimilar os princípios do marxismo-leninismo, é artigo de lei para toda a atividade dos comunistas.

Nosso Partido, seu Comitê Central e à sua frente o camarada Prestes, encararam com a maior seriedade tão importante problema. Um partido cujos membros não lutam o mínimo indispensável da teoria revolucionária do proletariado, não está apto a cumprir sua missão de vanguarda.

É dever de todo membro do Partido, por isso, cuidar com tenacidade da sua formação ideológica e teórica. Através do estudo sistemático dos mestres do marxismo e dos documentos da direção nacional de nosso Partido cada militante avançará na sua

formação como quadro do partido da classe operária.

Nas atuais condições da luta de nosso povo contra a crescente e odiosa colonização norte-americana, dispõem os militantes do Partido de um poderoso instrumento para a elevação do seu nível teórico e para intensificar a luta por sua formação ideológica: o Programa do Partido. A medida que, através do estudo organizado e sistemático, do debate, do trabalho cotidiano, da ligação de seus pontos aos fatos da vida, o Programa for sendo assimilado, forem sendo aprofundados os conhecimentos ligados à sua fundamentação, sentir-nos-emos mais firmes e seguros para enfrentar os acontecimentos, vencer os obstáculos, atuar com a certeza e a confiança que a convicção confere. Chegar ao IV Congresso com um nível ideológico mais elevado deve ser preocupação de cada comunista, pois esta é uma condição de melhoria e eficiência de todo o trabalho do Partido e, conseqüentemente, de um impulso mais acelerado do processo revolucionário em nosso país.

Aspectos Táticos da Luta na Frente Cultural

TANCREDO ALVES

A carta-aberta de Jorge Amado ao cronista cinematográfico E. A., aparecida na «Imprensa Popular», de 26 de janeiro último, é documento da maior oportunidade e importância, no momento em que o Partido Comunista, através do seu Projeto de Programa, chama o povo brasileiro à luta em defesa da cultura nacional ameaçada. O primeiro e grande mérito da carta foi o de ter focalizado com acuidade problemas de política cultural prática, a respeito dos quais temos andado até agora às cegas. Neste particular, pode-se dizer que a carta de Jorge Amado constitui fato novo e alvissareiro, completamente distinto dos artigos gerais e vagos que vemos vez por outra aparecer em nossa imprensa, sob esta ou aquela assinatura, tentando caracterizar a posição dos comunistas na frente da luta cultural.

A carta de Jorge Amado põe a nu a realidade que é, infelizmente, mais generalizada do que pode parecer à primeira vista: a ausência, da parte dos escritores e artistas do Partido, de uma compreensão clara e perfeita dos aspectos concretos da luta cultural e do nosso ponto de vista de comunistas em face dos mesmos. Todos estamos, com efeito, de acordo em que a cultura nacional está ameaçada, que seu principal inimigo é o imperialismo norte-americano secundado por seus lacaios nativos, que é preciso arregimentar a intelectualidade progressista ao lado das grandes massas populares, sob a direção do proletariado, para a luta pela libertação do Brasil do jugo feudal-imperialista e pela instauração do governo democrático de libertação nacional que criará, finalmente, condições para a plena eclosão de nossa cultura. Quando, passamos, porém, às questões de quem e em torno de quem unir, às questões da caracterização do estágio de nossa evolução nacional ou, mais profundamente, às questões da determinação de quais são os elementos formativos da nossa cultura nacional que é preciso preservar, quando passamos, em suma, da estratégia à tática, estabelecemos uma confusão.

Este estado de confusão em que nos encontramos tem raízes profundas e é de responsabilidade variada. Suas raízes estão no nosso baixo nível teórico e ideológico e no conhecimento bastante insuficiente que ainda temos das realidades e da história brasileiras. Isto nos tem levado, em termos gerais, também no terreno cultural, àquela situação descrita pelo camarada Prestes no seu Informe sobre o Programa, em que, por não sabermos aplicar com acerto a tática marxista-leninista ao estudo da realidade brasileira, passamos a basear nossa atividade em concepções subjetivas, que nos levam ora ao empirismo ora ao dogmatismo,

ao paralelismo mecânico com outros países ou à repetição de formulas, teóricas dentro das quais muitas vezes pretendemos colocar à força a realidade brasileira.

As responsabilidades por tal estado de coisas têm que ser repartidas entre nós mesmos, escritores e artistas do Partido — que não temos sabido superar nossas debilidades teóricas, nem caminhar positivamente no sentido da nossa integração ideológica com o proletariado — e os organismos específicos da frente cultural, criados pela direção do Partido — como, aliás, reconheceu honestamente o camarada Assis Toledo Pereira, na sua intervenção no Pleno de dezembro do C.C. Se são grandes as nossas falhas, força é também declarar que não temos tido o auxílio desejável da parte dos organismos responsáveis. Caminhamos às cegas em questões fundamentais de nossa vida histórica e social em grande parte porque nunca nos foi dado ouvir a opinião a respeito de quem melhor autorizado. Chegamos, por vezes, notícia de que determinado dirigente do Partido possui trabalho sobre um aspecto qualquer de nossa história, de nossa arte, etc., mas tal trabalho não é publicado e só circunstancialmente vêm alguns de nós a tomar conhecimento dele. Um reflexo de tudo isso é o espírito vigente de temor a dar publicidade a tudo que não seja considerado correto a priori, do ponto de vista político ou teórico, espírito que leva na prática ao desestímulo e mesmo ao cercamento do debate. Outro reflexo igualmente grave é a política de avestruz que consiste em silenciar o fatos que nos seria espinhoso tratar, como no caso da recente publicação das «Memórias do Cárcere», de Graciliano Ramos.

De entre os aspectos táticos da luta na frente cultural que a carta de Jorge Amado põe em foco, os mais importantes são, por certo, o da caracterização dos dois campos culturais que se defrontam no Brasil, no presente, e o da fixação do divisor de águas entre os mesmos. Sobre eles desejamos dizer algumas palavras, reportando-nos inicialmente à crítica de Carlos Pechanha a livro de Isaias Palm (I.P., 24-1-54), na qual disse o crítico: «esse trabalho comprova de maneira prática a geral formulação de Lênin a respeito do problema das duas culturas. «Em cada nação contemporânea — dizia Lênin — há duas nações. Em cada cultura nacional há duas culturas nacionais... Eis aí precisamente em que nos encontramos: numa nação em que a existência de duas culturas é um fato de todos os dias e em que entre elas se trava hoje uma luta de morte».

É justo dizer-se que existem no Brasil «duas culturas nacionais»? Cremos que não. A formulação de Lênin refere-se a nações já constitui-

das, nações capitalistas, e não só não é o Brasil país capitalista (isto é, no qual sejam as relações de produção capitalistas as predominantes), como é ponto duvidoso que já esteja constituída a nação brasileira. O que existe no Brasil não são as duas culturas a que se refere Lênin, ambas nacionais na forma, mas de conteúdos diferentes (capitalista uma e socialista a outra), as quais são o reflexo, no terreno cultural, do antagonismo burguesia-proletariado, que é o antagonismo básico das nações capitalistas. O Brasil é um país semifeudal oprimido pelo imperialismo (o imperialismo norte-americano especificamente), cujo antagonismo básico na situação histórica atual não é o da burguesia com o proletariado, mas o de todas as forças econômicas nacionais com as forças do feudalismo e do imperialismo. A tais condições econômico-políticas não pode, evidentemente, corresponder uma situação cultural própria a estágios sociais mais avançados. O que existe no Brasil é, de um lado, uma «cultura» que é a própria negação da cultura e da nação, cosmopolita na forma e feudal-imperialista no conteúdo, a qual serve aos desígnios de colonização total do Brasil pelo imperialismo norte-americano e de sobrevivência dos restos feudais. Do outro lado está a cultura brasileira, nacional na forma e democrático-libertadora no conteúdo, que não é a cultura específica do proletariado, ou do campesinato, ou da pequena burguesia, ou da burguesia nacional, mas a cultura da frente-única antifeudal e antiimperialista, a cultura de todas as forças nacionais que desejam o progresso democrático do Brasil — contra o atraso e o obscurantismo feudal — e sua simultânea libertação da opressão imperialista.

Isso não quer dizer, é claro, que sejam os mesmos os ideais e as concepções culturais de cada uma das forças da frente-única; existem grandes divergências entre elas, que em certos casos são até potencialmente antagonicas. Na etapa histórica atual, porém, unem-se por cima das contradições decorrentes da sua origem de classe, o caráter nacional e o fundo democrático-libertador comuns, como foi concretamente demonstrado no recente I Congresso Nacional dos Intelectuais, em Goiânia. Não se trata, pois, de dissolver na cultura democrático-libertadora da frente-única a ideologia do proletariado, nem os métodos e concepções estéticas dos comunistas. Pelo contrário, é preciso ter presente, a respeito, a grande lição de Mao Tse-Tung, referindo-se a situação análoga, na China: «No presente, é fora de dúvida que se deve ampliar a propaganda das idéias comunistas e acelerar o estudo do marxismo-leninismo. Sem essa propaganda e sem esse estudo, não só não se poderá levar a revolução chinesa à etapa futura do socialismo, como também não se poderá levar a revolução atual à vitória. Mas hoje o fundo da cultura nacional não é socialista e, sim, neo-democrático, porque é a cultura antiimperialista e antifeudal das massas populares e não a cultura anticapitalista do proletariado. É por isso que devemos distinguir, de um lado, o sistema de pensamento e a propaganda do regime social do comunismo, e, de outro lado, a realização dos princípios de ação da nova democracia.» (Mao Tse-Tung,

«A Nova Democracia», 1940).

Assim compreendidos os dois campos culturais que se defrontam no Brasil, verifica-se como são profundamente injustas as formulações de Jorge Amado, ao declarar: 1) «hoje estamos ao lado de qualquer intelectual brasileiro, seja qual for sua concepção estética, desde que ele deseje defender a cultura nacional contra a sua degradação sistemática feita pelo imperialismo norte-americano cosmopolita e provocador de guerra. A defesa da cultura nacional ou a degradação e destruição de nossa cultura, eis a fronteira hoje a unir todos os intelectuais brasileiros e a separá-los daqueles intelectuais vendidos à embaixada norte-americana», e 2) «o realismo-socialista é assunto nosso, dos escritores e artistas do Partido, neste momento. Nós devemos nos esforçar para realizar literatura e arte realista-socialistas (...) mas isso não significa que combatamos e ataquemos a literatura e arte que não sejam realista-socialistas, como a fronteira a nos separar dos demais intelectuais brasileiros que são e devem ser nossos aliados na luta em defesa da cultura nacional, em defesa da independência do Brasil, em defesa da Paz, em defesa das liberdades democráticas, na luta pela mudança do regime».

Verifica-se, por outro lado, como é estreita e sectária a posição assumida por Roberto Corrêa, em carta de crítica a Jorge Amado, publicada na «Tribuna do IV Congresso» (V.O., 27-11-54). Roberto Corrêa, que acusa sem razão Jorge Amado de defender «a abdicação do papel de vanguarda pelos escritores e artistas comunistas» e que veio a cair, ele sim, na falha apontada, ao declarar que «é um erro achar que apenas os intelectuais comunistas são capazes de apontar ao povo uma saída, uma perspectiva», Roberto Corrêa, apesar de certas formulações justas, demonstra uma compreensão esquemática e sectária da frente-única e da fronteira a separar hoje, no Brasil, os intelectuais. Quer ele, por exemplo, que diante de um cineasta como Cavalcanti, capaz de produzir obra artística de características nacionais tão marcadas como «O Canto do Mar», nos ponhamos primeiro a «exigir» que ele dê, nos passos à frente, passos essencialmente políticos: que produza filmes «impregnados do ódio ao imperialismo e ao feudalismo, para que então nos dignemos a aceitá-lo na frente-única. Além de sectária e sobranceira, é, mais profundamente, uma atitude

de idealista, que dá primazia ao pensamento (o convencionalismo político do artista) sobre a matéria (a sua integração concreta na frente-única). A frente-única tem que ser compreendida, materialisticamente, como algo que surge e se consolida na prática, pouco a pouco, através da busca e do encontro de pontos concretos de contacto, por mínimos que sejam; na medida em que ela cresce e se fortalece é que os elementos que a integram vão dando novos passos, no sentido da compreensão revolucionária.

Além disso, afloram alguns dos principais aspectos táticos da nossa luta na frente cultural, em torno dos quais ainda há tanta confusão. Nossa intenção foi trazer uma contribuição ao debate, debate que em nossa opinião precisa ser aprofundado e tornado mais consistente. Para isso, porém, será necessário, de um lado, que o Partido nos dê um órgão, uma revista, onde levá-lo a cabo e, de outro lado, que os intelectuais comunistas encaremos nosso trabalho específico com maior senso de responsabilidade do que o fizemos em outras ocasiões, em que deixamos fenecer — por comodismo, desídia e falta de trabalho organizado — órgãos de idéias que o Partido nos entregara.

As Organizações de Base — Fundamentos do Partido

UBIRATAN DO AMARAL

O PROJETO de Estatutos de nosso Partido, elaborado à base dos princípios leninistas de organização, coloca nas mãos dos dirigentes e militantes do Partido os meios necessários para corrigir e eliminar as debilidades existentes no nosso trabalho partidário, a fim de colocar urgentemente o Partido à altura das tarefas que lhe foram traçadas pelo Programa.

No folheto sobre «A Estrutura do Partido Comunista (b) da URSS», se lê o seguinte:

«Os Estatutos do Partido emanam de seu programa, estão determinados por ele. O Partido estabelece em sua vida interna as regras e as leis que melhor assegurem o cumprimento das tarefas que lhe foram traçadas.»

Logo aos primeiros estudos que fizermos dos nossos Estatutos, verificaremos que eles estão de acordo com esses ensinamentos. E essa constatação coloca nos ombros dos membros do Partido uma enorme responsabilidade, que é a de pôr em prática os nossos Estatutos, lei indestrutível de nosso Partido.

Os camaradas soviéticos nos ensinam também que o PCUS cumpre com êxito suas tarefas, «não só porque tem um objetivo claro e aplica uma política acertada, mas também porque sabem formar bem as suas fileiras e organizar a sua vida interna». Afirmam sem rodeios: «Pode-se ter um bom programa e uma linha política acertada, porém se este programa e esta linha não estão reforçados por um determinado sistema de organização, o Partido não pode alcançar os seus fins».

Inegavelmente, muito temos que trabalhar para colocar a organização de nosso Partido à altura de suas tarefas. Nesse sentido, temos o exemplo do grande esforço dos camaradas do Comitê Central. Mas, na verdade, para que consigamos resolver essas tarefas com rapidez, urge que a esse esforço se some o trabalho mais abnegado dos dirigentes do Partido em todos os escalões. Será uma verdadeira batalha pela assimilação e aplicação do novo que está contido em nossos Estatutos e a liquidação do velho que está encrustado em nossas cabeças.

Por exemplo: em virtude da nossa subestimação e incompreensão do que representam as organizações de base do Partido, em muitas regiões, mesmo naquelas onde a concentração industrial é mais elevada, a vida política dos organismos de base é pouca, grande número de comunistas não estão estruturados, não se reúnem regularmente, etc. E, em consequência dessa anomalia, sofremos sérios prejuízos. As tarefas não são realizadas, as lutas não surgem, vivemos nos queixando da falta de quadros.

Nesse sentido, por mais voltas que dermos, por mais que quebrems a cabeça não

encontraremos nenhum remédio milagroso, nem nenhuma ajuda caíra do céu. O único remédio está na aplicação dos nossos Estatutos, onde estão contidos os mais valiosos ensinamentos, baseados particularmente na grandiosa experiência do PCUS.

Logo no começo, no Artigo 2, onde se define o que é ser membro do Partido, encontramos a sábia determinação que exige que cada comunista «milita em uma de suas organizações», isto é, pertença a uma Organização de Base. Entretanto, o fato de que existem milhares de comunistas não estruturados, demonstra que não compreendemos em toda a sua profundidade a importância desta exigência, a sua necessidade.

Os camaradas soviéticos nos ensinam que: «Só estando estreitamente unidos em uma organização monolítica, poderão os comunistas pôr em prática, com bom êxito, o programa do Partido. Por isso os Estatutos, estabelecem como condição indispensável para ser membro do Partido a atuação em uma de suas organizações e a subordinação de cada militante às decisões do Partido».

Isso nos mostra que não podemos permitir por mais tempo a falta de estruturação dos membros do Partido. A própria vida nos mostra isso, quando muitas vezes achamos que as tarefas que os organismos superiores nos determinam são muitas; quando sentimos a falta de quadros para realizar as tarefas. Na verdade, como poderão surgir os novos quadros, se não cuidamos com carinho do funcionamento das Organizações de Base?

Entretanto, aprendemos que «Os militantes do Partido se educam no trabalho prático. A Organização de Base assinala uma missão a cada um de seus componentes. Cumprindo esta missão se desenvolvem e adquirem experiência os comunistas. Ao participar em todas as atividades de sua organização, os comunistas passam por uma escola de trabalho prático e se forjam na luta contra as dificuldades.»

Leiamos com atenção o Artigo 42 de nossos Estatutos. Que nos diz ele? Diz: «A organização de base do Partido liga a classe operária e as massas trabalhadoras e populares, com os organismos dirigentes do Partido». Quer dizer, se os organismos dirigentes do Partido são a cabeça do Partido, as Organizações de Base são os seus braços. Sem elas, somos uns verdadeiros aleijões.

De tudo isso somos forçados a concluir o quanto é acertada a determinação da direção de nosso Partido quando exige que tenhamos com mais carinho dos problemas das Organizações de Base de nosso Partido, a fim de colocá-las em condições de levar à prática as tarefas que lhe são determinadas pelos nossos Estatutos, emanadas das exigências da aplicação vitoriosa de nosso Programa.

Sobre os artigos publicados na «Tribuna do IV Congresso»

Os artigos assinados, que saem na «Tribuna do IV Congresso», representam a opinião dos seus autores que, livremente, defendem seus pontos-de-vista.

Todo membro do Partido tem o direito de colaborar na «Tribuna do IV Congresso» e pode criticar os artigos nela publicados.

CONCENTRAR A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

Algumas Observações Autocríticas

Astrojildo Pereira

CONCLUSÃO DA 1ª PAG.

ve desprezar. Mas e claro que mesmo essa agitação e propaganda sofria, em seu conteúdo e em seus objetivos, da ausência de uma linha política, determinada e coerente. Essa era a regra, e daí o seu efeito o mais das vezes negativo e até contraproducente.

O Partido sempre baseou a sua atividade principalmente nos sindicatos operários, o que lhe permitia uma certa ligação com as massas. Mas ainda aqui padecia o nosso trabalho os efeitos da ausência de uma linha política que não só correspondesse às necessidades imediatas da luta sindical mas exprimisse uma orientação concorde com os interesses gerais da classe operária e da revolução brasileira. Nossa atividade sindical se perdia, também, entre o verbalismo sectário, «esquerdista», e o oportunismo economista da pior espécie.

Nossas ligações com as grandes massas, mesmo nos centros operários de maior intensidade, eram em geral muito precárias, e é claro que isto, se resultava de toda uma série de profundas incompreensões, ia por sua vez refletir-se de maneira desastrosa em todo o trabalho político da direção.

☆☆☆

Não seria razoável dizer-se que a direção do Partido, durante o período que estou considerando aqui, não realizou nenhuma tarefa positiva que contribuisse de alguma forma para o fortalecimento do Partido. Mas não é meu propósito fazer história, com a exposição e análise dos acertos e desacertos que se verificaram no período em questão. Estou apenas fazendo algumas observações autocríticas que possam servir para a história do Partido e que possam aproveitar, neste sentido, à preparação do IV Congresso. Limite-me, pois, necessariamente, a acentuar e caracte-

rizar alguns dos mais graves de tais desacertos, como os entendo hoje, no esforço que realizo para compreendê-los.

Chego então à conclusão, que me parece justa e a que me referi no artigo anterior: que nossa grande debilidade na direção do Partido resultava principalmente de insuficiência de natureza ideológica e teórica, sobretudo na questão fundamental relativa ao caráter da revolução brasileira.

A direção do Partido, pelos motivos que apontei (e ainda outros, que talvez me escapem ou me pareçam de menor importância), não possuía capacitação bastante para proceder, do ponto de vista marxista, a uma análise, mesmo elementar, da realidade histórica brasileira. Não possuíamos um conhecimento, sequer aproximado da verdadeira situação do país no tocante à sua estrutura econômica e política, às forças sociais em presença, à natureza e ao conteúdo das lutas de classe em seus diversos setores, etc. Víamos e encaravamos os acontecimentos de maneira superficial, por assim dizer — impressionista, sem nenhuma compreensão dialética da sua verdadeira significação. Não podíamos perceber o que realmente se passava em torno de nós, nem podíamos, portanto, imprimir à atividade do Partido uma orientação acertada, clara, firme e consequente.

Não compreendíamos sequer o sentido exato da verdade segundo a qual sem teoria revolucionária não pode haver ação revolucionária. Teoria revolucionária significava, para nós, aplicar — mecanicamente, livrescamente — a experiência revolucionária de outros povos.

Creio, por fim, que podemos resumir tudo em poucas palavras, dizendo que estávamos sujeitos a uma permanente oscilação entre o verbalismo «revolucionário» de esquerda e o oportunismo de direita na prática.

Dinardo REIS

vização e sistemática pilhagem de todo o povo brasileiro, isso não será possível. Só nos libertaremos do imperialismo lanque através de uma ampla e vigorosa ação revolucionária para liquidá-lo no país.

O imperialismo norte-americano anula toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento autônomo da indústria nacional. Por outro lado, com o domínio que exerce sobre o governo de Vargas, o imperialismo norte-americano impede o estabelecimento de relações comerciais com a URSS e a China, fator necessário para desenvolver a economia nacional.

Em sua ação nefasta contra a economia do Brasil o imperialismo norte-americano busca também esmagar qualquer outro concorrente. A história da luta interimperialista no país, particularmente do imperialismo lanque procurando eliminar o concorrente inglês é uma das páginas mais cruentas da luta que se trava no mundo capitalista entre as potências imperialistas pela conquista de novas zonas de influência, de mercados e fontes de matérias-primas.

O imperialismo norte-americano saiu fortalecido da última guerra mundial e enveredou por uma política cujo objetivo supremo é o domínio do mundo. Para isso, procura arrastar o mundo capitalista a uma nova guerra de agressão contra a União Soviética, realizando uma política agressiva de domínio e colonização dos países menos desenvolvidos, ao mesmo tempo que procura eliminar seus concorrentes, os demais nações imperialistas. Tudo isso faz com que o imperialismo norte-americano seja o maior inimigo da paz, da liberdade e do progresso.

No Brasil, o imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos, os latifundiários e grandes capitalistas, representados no poder pelo governo de Vargas, são os inimigos mortais do povo brasileiro. Seus interesses são diametralmente opostos aos interesses de nosso povo. Esta é a contradição principal que se verifica no país. E' o imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos que impedem o progresso e a felicidade da nação brasileira. Sem se libertar do jugo lanque, o Brasil não poderá sair da situação de dependência e extremo atraso em que se encontra. E' o imperialismo norte-americano que procura nos arrastar a uma guerra de agressão, que significaria a morte para milhares de brasileiros a fim de que aumentem ainda mais os fabulosos lucros dos magnatas americanos. Finalmente, é o imperialismo americano que mantém e dá forças aos latifundiários e grandes capitalistas responsáveis pelo atraso de nossa economia, e que financia e sustenta no poder o governo de latifundiários e grandes capitalistas, o governo de traição nacional de Vargas.

E', portanto, absolutamente justa a posição do Programa quando, nos mostra a necessidade de concentrar todos os fogos contra o imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos, e não no imperialismo em geral.

O PROJETO de Programa do Partido Comunista do Brasil expõe com uma clareza meridiana as causas fundamentais da insuportável situação de miséria e de opressão em que se debate o povo brasileiro e conchama todos os patriotas a se unirem, como um dever de honra, numa ampla e poderosa frente democrática de libertação nacional. Este é o caminho para livrar o Brasil do jugo do imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos, os latifundiários e grandes capitalistas. O Programa do PCB indica ao povo brasileiro a necessidade de substituir o atual governo de traição nacional de Vargas por um governo democrático de libertação nacional.

Expulsar do país o imperialismo norte-americano, lutar por todos os meios e formas para assegurar a independência de nossa pátria é uma necessidade urgente e vital para todo o povo brasileiro. Somente assim será possível impedir que sejamos reduzidos à condição de simples colônia, só assim nos libertaremos da condição de um país semifeudal e semicolonial e transformaremos o Brasil numa nação verdadeiramente livre, soberana e democrática.

No entanto, nos debates em torno do Programa do Partido vem surgindo uma questão levantada mesmo por alguns camaradas que, em linhas gerais, estão de acordo com o Programa e concordam que é inadivável a tarefa de libertar o Brasil do jugo do imperialismo. Dizem esses camaradas: por que não lutar, pela expulsão de nossa pátria, simultaneamente, dos demais imperialismos que, como o inglês, o francês e outros, também exercem a sua ação no Brasil? Porventura os demais imperialismos que aqui realmente atuam têm uma natureza diferente do imperialismo norte-americano? Será que também eles não exploram o povo e não atentam contra a independência de nossa pátria?

Em verdade não é possível negar a ação do imperialismo inglês no Brasil, como também dos imperialismos francês, alemão e japonês. Seus agentes atuam no país e buscam arrancar lucros máximos na base da exploração de nosso povo.

E' necessário reconhecer, porém, que não há termo de comparação entre o brutal domínio e a violenta política de colonização posta em prática pelo imperialismo norte-americano, que já se apoderou dos setores básicos de nossa economia, com a ação dos demais imperialismos em conjunto. Ao passo que os demais imperialismos predominam em diferentes indústrias e ramos comerciais, o imperialismo norte-americano predomina esmagadoramente na economia nacional e estabelece um monopólio crescente em todos os seus ramos, impedindo assim qualquer possibilidade de desenvolvimento progressista da economia brasileira.

Ao passo que, uma vez instaurado o regime democrático-popular, os demais imperialismos, em virtude da própria estreiteza de seu campo de ação, poderão ser obrigados a adotar uma política de negociação e entendimentos, com o imperialismo norte-americano, que realiza uma política de esca-

LEVAR A MILHÕES O PROGRAMA DO P.C.B.

(CONCLUSÃO DA 4ª PAG.) mentais e em prol da libertação nacional.

Não basta que tenhamos um Programa justo, que exprima as mais sentidas aspirações de nosso povo e indique as tarefas já maduras da revolução brasileira. E' preciso que todos os interessados — a quase totalidade da nação — conheçam perfeitamente o Programa e se convençam de que está em sua vontade levá-lo à prática, substituindo o atual poder caduco por um governo democrático de libertação nacional. E' isso, evidentemente, jamais se dará espontaneamente, sem o trabalho tenaz e eficiente dos comunistas e de todos os que já se convenceram da necessidade de lutar por um novo regime.

Muito já se fez para divulgar o Programa de Salvação Nacional. Os órgãos populares publicaram-no diversas vezes. Dezenas de jornais também o reproduziram, tanto nos grandes centros, como nas cidades do interior. Por iniciativa de patriotas, edições do Programa têm surgido em diversos lugares e o seu texto tem sido lido nas mais diferentes tribunas, nos parlamentos e em reuniões públicas, inclusive entre camponeses e assalariados agrícolas. Mas, evidentemente, tudo o que foi feito até aqui ainda é insuficiente para um país como o nosso, em que a maioria é de analfabetos, onde a população vive dispersa por vastas extensões de terra e quase à mingua de meios de comunicação e transporte.

Isso se deve a que esses jornais e esses comentaristas e homens públicos, a serviço

do monopolistas norte-americanos e da camorra de latifundiários e negociastas que a eles se aliaram, não tem qualquer argumento para contrapor ao projeto de Programa do P.C.B. O Programa exprime a realidade brasileira tal como é traça as tarefas já maduras a serem realizadas revolucionariamente, verdadeira carta de alforria. O Programa tem de chegar a todas as camadas e setores interessados em sua realização — intelectuais, comerciantes e técnicos, funcionários e estudantes, comerciantes e industriais nacionais, etc. Em suma, para fazer com que o Programa do P.C.B. se torne realmente o Programa de todo o povo, há que levá-lo a toda parte, distribuí-lo nas empresas e fazendas, de porta em porta, de mão em mão. Seu texto deve ser lido e explicado não apenas para os que não sabem ler, mas em todas as reuniões e assembleias, junto a todos os grupos de pessoas interessadas, nas ruas ou dentro de casa, para cada patriota desejoso de libertar o Brasil das garras do imperialismo norte-americano. Neste sentido, é de grande importância a presente campanha eleitoral, quando, necessariamente, ganhará um impulso extraordinário o esforço de divulgação do Programa e sua discussão pública.

Na medida em que soubermos dar prova de iniciativa, audácia e tenacidade na grande tarefa de indicar ao nosso povo o caminho de sua libertação, faremos do Programa, cada vez mais, o centro das atenções nacionais, objeto de debate e vi-

vo interesse de todo o povo, facilitando e acelerando assim a construção da gigantesca frente democrática de libertação nacional, capaz de varrer para sempre com

o regime de latifúndio, expulsar de vez os opressores norte-americanos e criar um regime de paz e liberdade, de abundância e progresso ininterrupto.

Ampliar a Difusão da Imprensa Popular

LUIZ LOUREIRO

JULGO dos mais interessantes e oportunos o debate sobre as questões de difusão de nossa imprensa iniciado pelo camarada Almir Matos na VOZ OPERÁRIA n. 261, de 15-5-54.

Em seu informe ao Pleno de dezembro de Comitê Central do Partido, o camarada Prestes depois de qualificar a nossa imprensa como «o principal instrumento de que dispomos para fazer chegar ao conhecimento de todas as classes e camadas sociais», o Programa do P.C.B. indicava que a subestimação existente no Partido, de cimaabaixo, pela imprensa, precisava «ser rapidamente vencida». São decorridos já quatro meses após essa valiosa indicação, mas, creio que pouco fizemos para transformar a nossa imprensa em verdadeira imprensa do povo, especialmente da classe operária e das grandes massas camponesas.

O atual nível de difusão, é, em verdade, muitas vezes inferior às reais possibilidades e mesmo a capacidade que temos e já demonstramos em diversas ocasiões de fazer uma difusão bem maior. O entrave se encontra no fato de que a maioria esmagadora dos companheiros ainda não foi ganha politicamente para a importante tarefa da difusão de nossos jornais. E entre os companheiros que ainda não foram ganhos politicamente para tão importante trabalho, penso que se encontram também as próprias direções dos jornais, que se contentam com edições pobres tanto em apresentação como em conteúdo, sem atrativos para a massa. Um dos exemplos frizantes disso encontramos numa edição recente de um dos jornais da imprensa popular onde quase dois terços do jornal são de anúncios para encher espaço. Outro grave defeito das direções dos jornais é pensarem que a sua tarefa termina quando o jornal acaba de rodar — não se preocupam com o número de exemplares rodados e nem a quem eles se destinam, esquecidos que todo o esforço feito será jogado por terra se o jornal não

chegar às mãos das massas. Por essa razão subestimam o trabalho planejado de difusão e os planos dormem nas gavetas, quando não são controlados burocraticamente.

Na ausência de um trabalho impulsor das próprias direções dos jornais encontramos uma das causas do atraso da difusão. Entretanto, seria errado ficar apenas neste lado da questão e não ver que a difusão dos jornais ainda não é encarada como uma das primeiras tarefas do Partido e que honra todo o militante. Na maioria dos organismos o trabalho se apoia em apenas alguns companheiros e quando por um motivo qualquer esses camaradas não puderem difundir o jornal, a distribuição cai a zero, acarretando consideráveis prejuízos políticos e enorme atraso na ampliação da vendagem.

Muitas vezes não se dá conteúdo político à difusão da imprensa, esquecendo-se o importante papel de agitador organizador e educador coletivo que, segundo Lênin, desempenha a imprensa revolucionária. Assim, nos comandos, nem sempre se dedica a necessária atenção e carinho ao homem do povo que adquire o jornal a fim de ganhá-lo para as nossas posições políticas. O fator decisivo para ampliar a difusão da imprensa popular é transformar o jornal numa arma na luta diária pela vitória do Programa. Precisamos utilizá-lo no trabalho nas empresas, no campo, em cada local de nossa atividade. Dentro desse quadro a correspondência para o jornal desempenha um papel dos mais importantes, contribuindo de maneira eficaz para aproximar os trabalhadores de sua imprensa. Entretanto, ainda é pequeno o número de correspondência enviado para os jornais. Não tiramos ainda toda a riqueza desse ensinamento da «Pravda» que no período de apenas um ano publicava 11.000 cartas de leitores. Das cartas recebidas pelo órgão central, a maioria procede de São Paulo e do Rio Grande do Sul, enquanto quase nada é publicado do Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Bahia e diversos outros Estados. Não é, portanto, por acaso que a difusão dos primeiros Estados — São Paulo e Rio Grande do Sul — é bem maior que a dos outros.

Necessitamos vencer rapidamente a subestimação existente pela divulgação de nossa imprensa. Precisamos fazer de cada militante um entusiasta da causa da difusão de nossos jornais.

Transformar a nossa imprensa numa voz ainda mais poderosa a serviço do povo, fazer com que nossa difusão supere a torrente de mentira, ódio e calúnia que diariamente jorra das rotativas dos jornais burgueses, deve ser uma questão de honra de cada comunista para a vitória mais rápida do Programa do P.C.B.

Não Dissimular A Tarefa Principal

AYDANO DO COUTO FERRAZ

NO SEU INFORME «Sobre o Programa do P.C.B.», o camarada Prestes, depois de afirmar que nesse documento histórico se assinala a inevitabilidade da luta revolucionária no Brasil e caracteriza a revolução brasileira, em sua atual etapa, como uma revolução antifeudal e antiimperialista, escreve: «Partindo disso, o projeto de Programa apresenta como tarefa principal a substituição do governo atual — governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos — pelo governo democrático de libertação nacional.»

Por que o projeto de Programa ataca de frente o problema da derrubada do governo de Vargas, colocando como tarefa principal a sua substituição? O projeto de Programa, como um documento que reflete a nossa realidade e apresenta aos comunistas e ao povo os meios para modificá-la, parte das teses do marxismo-leninismo. Não fosse assim e não teria caráter científico, justo. E o marxismo-leninismo ensina que «o problema fundamental de toda a revolução é o problema do poder do Estado. Sem compreender isto claramente, não é possível intervir conscientemente na revolução, nem muito menos dirigí-la.»

Na questão de lutar pela substituição do atual governo, como está no projeto de Programa, isto decorre da própria concepção que os comunistas têm da vida, da sua filosofia. Os comunistas são pessoas realistas. Não lutam contra abstrações, nem contra moinhos de vento. Que é que expressa as classes dominantes em nossa terra, o regime dos latifundiários e grandes capitalistas americanos, a situação de absoluta falta de liberdade, fome e atraso em que vive nosso povo? Claro que o regime em todos os seus aspectos, o poder da classe dominante, mas o governo é a mais alta expressão do regime, sua parte superior, dirigente. Assim como não se deve lutar, de forma estreita, contra pessoas, não se deve lutar apenas e vagamente, de forma geral, contra o regime. Para liquidar com o regime, por isso, e como primeiro passo, é preciso derrubar o governo que o encarna. O projeto de Programa não deixa margem a dúvidas, quando diz:

«Se queremos viver e prosperar, se queremos que nossa pátria alcance o futuro radioso a que tem direito, se queremos livrar-nos da odiosa escravidão americana e tirar o nosso povo do atraso, da miséria e da ignorância em que vegeta, é indispensável acabar com o regime dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas americanos, derrubar o governo de Vargas.»

O projeto de Programa coloca de tal modo este problema porque é dever do Partido não dissimular seus pro-

positos, dar perspectivas claras e objetivos concretos de luta. As massas devem conhecer bem o caráter do combate que travam, o que é a quem combate, porque só isto pode lhes dar impulso e clareza nas diferentes etapas, a fim de levarem a luta para adiante. Se dissimulamos ou deixamos escamotear os objetivos, se nos deixamos arrastar na onda pequeno-burguesa, cuja tendência é às vezes fazer a revolução num só dia e, às vezes, com maior frequência, puxar a revolução para trás; como poderemos impulsionar o desenvolvimento da consciência das massas, base e conteúdo do trabalho revolucionário?

Sabe-se que substituir pessoas nos postos de mando do governo e deixar intacto o regime, os métodos de ação que os caracterizam e dele decorrem, isto é, não tocar na sua base material, é pura e simplesmente uma manobra de que se servem as classes dominantes para enganar as massas, quando já estão gastas e desmoralizadas os homens do Poder. Isto faz parte do arsenal do imperialismo, em particular do imperialismo norte-americano, que fomenta golpes militares e de Estado, a exemplo dos de 1930 e 29 de outubro de 1945, em nosso país. Mas assim como combatemos e desmoralizamos tal manobra, também não podemos combater de forma vaga e geral contra o atual regime sem concentrar no governo que o encarna o fogo de nosso ataque. Quem melhor do que o governo de Vargas simboliza a violência contra o povo, a situação de miséria que atravessam as massas, a ignominiosa dependência do país ao estrangeiro? Por isso contra a forma material do regime, o governo ora no poder, que encarna a política das classes dominantes, seus crimes contra o povo, é que temos de lutar e dirigir nossos golpes para a sua derrubada.

No artigo «Sobre a questão do governo operário-camponês», Stálin definiu o governo como «a parte superior da organização estatal». Por sua estrutura de classe, o governo, com seus órgãos de domínio e repressão, é a expressão das classes e partidos que ocupam o Poder. No Brasil o governo dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas americanos, o governo de Vargas, é a expressão da ditadura dessas classes sobre a esmagadora maioria do povo brasileiro. O problema de saber quem encarna, quem constitui o poder efetivo, reveste-se de importância fundamental na revolução. Vladimir Ilitch ensinava que «para chegar ao Poder era preciso derrotar, lutando resolutamente, aos verdadeiros detentores do Poder» o grifo é nosso).

É sabido o projeto de Programa do Partido quando se mostrar que para liquidar-

mos o atual estado de coisas é indispensável acabar com o regime dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas americanos, derrubar o governo de Vargas. Como poderemos atingir nossos objetivos e libertar o povo brasileiro se não lhe dizemos a verdade, isto é, em mãos de quem reside, na realidade, o poder do Estado. Uma correta análise das forças de classe, base da justa linha política que hoje tem nosso Partido e se traduz no Programa, destinar-se-ia a ficar em meio do caminho. E os comunistas vão às últimas consequências, não encaram os fatos sob aspectos parciais, mas sob todos os ângulos e em movimentos constantes.

As manifestações materiais do regime se exercem através do governo e do governo de Vargas que entrega o país à crescente colonização americana, quem é responsável pelo aumento do custo da vida, quem esfomeia as massas, reprime as greves operárias, lança os soldados contra os camponeses. Esquecer isto, separando duas coisas que o Programa liga entre si, — regime e governo — isolando uma coisa que decorre da outra, é substituir o concreto pelo abstrato — «um dos pecados capitais, um dos pecados mais perigosos que se pode cometer numa revolução».

Levar a Milhões O Programa do PCB

VICTOR M. KONDER

RECENTEMENTE, a revista norte-americana "Visto", numa reportagem de provocação contra as forças democráticas no Brasil, dizia que os comunistas procuravam conquistar tribunas para... "fazer a propaganda do partido e dos ideais comunistas". O boletim ianque editado em português evitou cuidadosamente fazer qualquer menção ao Programa do P.C.B., preferindo falar vagamente em "ideais comunistas".

Esse detalhe é significativo da atitude assumida pelos órgãos de imprensa e propaganda das classes dominantes em nosso país, a serviço dos opressores norte-americanos. Certos jornais, não obstante entupirem suas páginas, diariamente, com as mais diferentes calúnias e provocações a respeito dos comunistas, jamais se referem ao documento mais importante do P.C.B. — o projeto de Programa — que norteia toda a sua ação. Pretendendo combater o comunismo, os defensores do atual regime de opressão, miséria e subordinação aos trustes norte-americanos, nunca se abalançam a arriscar uma razão ou argumento contra a análise da situação nacional contida no Programa do P.C.B. nem de combate a quaisquer das soluções propostas no mesmo documento.

Por que os diversos jornais da chamada "grande

imprensa" — geralmente a serviço da embalsamada americana — tomam semelhante atitude, fingem ignorar o Programa dos comunistas e a extraordinária importância que tem para a vida nacional? Por que inúmeros publicistas, políticos e figuras de proa que tantas vezes têm saído a campo para decretar a falência do comunismo, tentando desacreditar as forças democráticas, ainda nada disseram sobre aquilo que justamente define a posição e os objetivos dos comunistas, bem como os meios para alcançar esses objetivos?

Isso se deve a que esses jornais e esses comentaristas e homens públicos, a serviço dos monopolistas norte-americanos e da camorra de latifundiários e negociatas que a eles se aliam, não têm qualquer argumento para contrapor ao projeto de Programa do P.C.B. O Programa exprime a realidade brasileira tal como é e traça as tarefas já maduras a serem realizadas revolucionariamente por nosso povo. Não há sofismas nem estratégias que consigam derrubar o que se baseia na ciência e constitui o resultado de mais de trinta anos de lutas e experiências. Daí a recusa à discussão por parte de certos setores ligados à reação latifundiária, que fogem ao debate como o diabo da cruz.

... Mas a verdade é que a discussão pública do Programa estender-se-á a círculos cada vez mais amplos e atingirá, dessa ou daquela forma, a todas as correntes de opinião, na medida em que soubermos levar o documento às grandes massas. Desde que o Programa de Salvação Nacional esteja nas mãos de milhões de brasileiros e se entranhe no pensamento e no sentir das massas, despertando-as para a luta por um novo poder, tornar-se-á cada vez mais o centro das atenções nacionais, ganhará corpo e vida, não apenas nos debates e conversas, mas nas ações das massas em defesa de suas reivindicações fundamentais. CONCLUI NA 3ª PÁGINA

ERRATA

Na «Tribuna» do IV Congresso, n. 264, por erro de revisão, saiu uma incorreção no artigo do camarada Maurício Grubos, «A campanha eleitoral — uma grande tarefa». Onde saiu publicado «Mais de seis milhões de cidadãos serão chamados a julgar o governo de Vargas...» corrigia-se para «Cerca de 12 milhões de cidadãos serão chamados a julgar o governo de Vargas...».

Sobre a Questão Das Mensalidades

ESCREVE-NOS o leitor Paulino Vieira, de Apucarana, no Paraná, referindo-se à questão do pagamento das mensalidades pelos militantes do Partido. Nessa carta pergunta o leitor como deve ser feita, em face do projeto de novos Estatutos do P. C. B., a cobrança da mensalidade dos camponeses e das domésticas que militam no Partido. Inicialmente, é necessário acentuar a grande importância de que se reveste, sob o ponto-de-vista ideológico e político, à questão do pagamento regular das mensalidades pelos militantes do Partido. Não se trata de uma questão prática unicamente ou que deva ser encarada apenas como «um modo de fazer finanças». Essa maneira errônea de situar o problema das mensalidades no Partido leva a que o trabalho de finanças seja considerado uma tarefa de importância secundária — o que representa um erro de graves consequências. Nos organismos em que isso se verifica a sua situação financeira está sempre irregular e o pagamento das mensalidades deixa de ser utilizado como o valioso fator que é de educação para os membros do P. C. B.

Como ensinou o camarada Stálin, «a finança é um trabalho de Partido e, portanto, deve ser colocado em pé de igualdade com as demais tarefas partidárias». Não se pode justificar, dessa maneira, qualquer subestimação relativamente ao trabalho de finanças.

Sem dúvida, as contribuições recolhidas pelos militantes aos seus organismos constituem uma importante fonte de renda do Partido. Mas não é isto o fundamental. O fato de atrasar-se um militante durante um ou dois meses do pagamento da sua mensalidade não irá acarretar prejuízos insanáveis ao Partido.

Mas a questão não pode ser vista desse modo estreito e falso. Ela deve ser colocada, invariavelmente, no terreno dos princípios, deve ser encarada sob o ponto-de-vista ideológico. O empenho e a pontualidade demonstrados pelos militantes comunistas em saldar suas contribuições para com o Partido é principalmente um índice de sua dedicação e de seu amor ao Partido. O comunista que se atrasa no pagamento de sua mensalidade, que não se inquieta se, por qualquer motivo, não estiver com sua cota em dia para com o Partido, dá com isso uma demonstração de que relaxa o cumprimento de suas obrigações partidárias, de que não se preocupa pelo Partido. As mensalidades representam um laço material estabelecimento entre os militantes e o Partido, um elo que contribui poderosamente para manter e consolidar a comunhão que precisa existir sempre entre o Partido e os seus membros. Aquele que menospreza o pagamento pontual de sua mensalidade revela, portanto, não posuir o necessário interesse e carinho pelo Partido. Constitui, ao contrário, uma prova de zelo e amor pelo P.C.B. o empenho dos militantes em estar rigorosamente em dia no que se refere ao recolhimento da mensalidade devida ao seu organismo.

Vê-se, por tais motivos, quanto é elevado o conteúdo ideológico de que se reveste o trabalho de finanças no Partido. Aos organismos partidários, especialmente aos de direção,

cabe a tarefa de ganhar todos os militantes do P.C.B. para esta justa compreensão da importância no Partido. Isso exige que sejam extirpadas radicalmente as tendências ainda existentes de encarar a mensalidade dos membros do Partido como uma questão exclusivamente prática, secundária, e que se desenvolva um trabalho constante visando esclarecer a esse respeito os militantes de base do Partido. Não pode haver dúvida de que, realizando-se esse trabalho, a questão das finanças no Partido passará a ser considerada com a seriedade necessária e os militantes sentirão prazer e alegria em contribuir pontualmente para o Partido.

Dada a relevância que tem para o Partido a questão das mensalidades, o projeto de novos Estatutos do P. C. B. coloca, no artigo 2, como uma das condições mínimas para o ingresso no Partido o pagamento pelos militantes, aos seus respectivos organismos, das mensalidades, determinadas de acordo com o que dispõe o artigo 50 dos Estatutos. Assim, ao lado da aceitação do Programa e dos Estatutos do Partido e consequente luta pela sua aplicação, da militância em uma das organizações partidárias e do cumprimento de todas as decisões do Partido, o pagamento da mensalidade é elevado à altura de exigência preliminar para a admissão nas fileiras do Partido da classe operária.

O artigo 50 dos Estatutos determina, claramente o modo pelo qual devem ser estabelecidas, em cada organismo do P. C. B., as contribuições mensais dos membros do Partido. Variam as contribuições mediante a receita de cada militante, na seguinte proporção: até dois mil cruzeiros, um por cento; de dois mil e um a três mil cruzeiros, dois por cento; acima de três mil, três por cento.

Este critério é válido para todos os militantes, inclusive para os camponeses e as domésticas, a que se refere o leitor Paulino Vieira. No caso dos camponeses que, como lembra o leitor, geralmente só recebem dinheiro uma vez por ano, não há, por tal motivo, necessidade de se estabelecer um critério diferente. As mensalidades dos camponeses devem ser estipuladas dentro da proporção a que se refere o artigo 50 dos Estatutos, levando-se em conta a renda por eles obtida. Naturalmente, se preferir o militante camponês saldar de uma só vez as suas mensalidades correspondentes a todo o ano, não há nisso nenhum inconveniente nem nenhuma infração estatutária. No que diz respeito às domésticas, as que de um modo geral não têm receita própria, os organismos em que elas atuam, tomando em consideração cada caso concreto, fixarão uma mensalidade, obedecendo sempre às disposições estatutárias.

Ao respondermos à pergunta que nos dirigiu o leitor Paulino Vieira, julgamos oportuno insistir, mais uma vez, na necessidade de se fazer ver a todos os militantes a importância do pagamento rigoroso das mensalidades. Não reside um fator de educação dos membros do Partido, particularmente dos militantes recém-recrutados, além do fator de fortalecimento orgânico do P. C. B.